



CTG Brasil

Relatório de administração
e demonstrações contábeis
regulatórias

2024

Rio Paraná Energia S.A.

CNPJ: 23.096.269/0001-19



Sumário

APRESENTAÇÃO	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
PERFIL DA COMPANHIA	5
MAPA DE OPERAÇÕES	6
DIRETRIZES DE ATUAÇÃO	7
GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
Estrutura de governança corporativa	9
CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL	10
CONTEXTO REGULATÓRIO	11
DESEMPENHO OPERACIONAL	12
Modernização das Usinas	12
COMERCIALIZAÇÃO	14
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	15
Principais indicadores	15
Receita	15
Custo e despesas operacionais	16
Ebitda e margem Ebitda	16
Resultado financeiro	17
Endividamento	18
Lucro líquido	18
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	20
Balanços patrimoniais	20
Demonstrações do resultado	22
Demonstrações do resultado abrangente	23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações dos fluxos de caixa	24
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023	25
1. Informações gerais	25
2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias	27
3. Principais políticas contábeis regulatórias materiais	28
4. Gestão de riscos do negócio	29
5. Caixa e equivalentes de caixa	32
6. Concessionárias e permissionárias	33
7. Tributos a recuperar/recolher	35
8. Depósitos judiciais	35
9. Imobilizado	36
10. Intangível	38

11.	Fornecedores	40
12.	Encargos setoriais	41
13.	Debêntures	42
14.	Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	44
15.	Partes relacionadas	45
16.	Provisões para riscos	47
17.	Patrimônio líquido	51
18.	Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede	53
19.	Custos gerenciáveis – Parcela “B”	55
20.	Custos e despesas de benefícios a empregados	55
21.	Resultado financeiro	55
22.	Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos	56
23.	Lucro regulatório por ação	57
24.	Instrumentos financeiros	57
25.	Seguros	59
26.	Compromissos assumidos e não reconhecidos	60
27.	Demonstração de resultado do exercício segregado por atividade	61
28.	Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário	62
29.	Evento subsequente	66
MEMBROS DA GOVERNANÇA		67
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		68

APRESENTAÇÃO

Senhores acionistas e debenturistas,

A gestão da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), subsidiária direta da China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG Brasil"), apresenta o relatório das principais atividades realizadas no exercício de 2024, acompanhado das Demonstrações Financeiras elaboradas conforme a legislação societária brasileira vigente.

As Demonstrações Financeiras foram submetidas a auditoria independente, conduzida pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., em conformidade com as disposições da Resolução CVM nº 162/22. Cumprindo essa mesma norma, destacamos que a empresa de auditoria e seus profissionais vinculados não executaram nenhum serviço que não estivesse relacionado exclusivamente a trabalhos de asseguração, exceto pelos trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados (PPA) relacionados ao relatório de controle patrimonial (RCP).

Os resultados econômicos, sociais e ambientais da Rio Paraná estão disponíveis de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil. Este documento é desenvolvido de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e da *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), abrangendo indicadores socioambientais definidos pela Aneel.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos 2024 consolidando avanços importantes para a Rio Paraná Energia, reforçando o nosso compromisso com resultados operacionais e financeiros sólidos, eficiência em processos e excelência em segurança. Mesmo diante de um cenário desafiador, nossas estratégias comerciais e operacionais demonstraram sua eficácia ao mitigar impactos do período seco, protegendo a receita e garantindo estabilidade.

Atingimos uma geração de energia consistente, reforçando a resiliência do nosso modelo de negócio. As usinas de Ilha Solteira e Jupiá geraram 18.361 GWh de energia em 2024, crescimento de 1,9% em relação ao ano anterior.

Adotamos medidas preventivas e desenvolvemos mecanismos que reduziram os efeitos de fatores como o GSF (*Generation Scaling Factor* ou, em português, Fator de Ajuste de Garantia Física) e a volatilidade do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), referência para o preço da energia no Mercado Livre. Com essa abordagem, otimizamos a gestão de riscos e aproveitamos oportunidades estratégicas de compra de energia no primeiro semestre, reduzindo custos no segundo.

Nosso projeto de modernização das usinas é um dos maiores do setor energético brasileiro. Em 2024, concluímos o segundo lote e iniciamos a contratação do terceiro, cujas obras ocorrerão entre 2025 e 2028. Esse novo lote abrangerá a modernização de mais seis unidades geradoras, totalizando 18. Até o momento, 12 unidades já foram modernizadas, tornando-as mais eficientes, confiáveis e com taxas de falhas próximas a zero.

Mantemos padrões de excelência em segurança do trabalho, reforçando nosso compromisso com a integridade das equipes e a melhoria contínua. Esse desempenho nos coloca entre as empresas com as melhores práticas do setor.

Agradecemos a todos os colaboradores e parceiros pelo empenho e dedicação ao longo do ano. Seguimos firmes em nossa missão de impulsionar o desenvolvimento sustentável e fortalecer a energia limpa no Brasil, com solidez, responsabilidade e visão de futuro.

Evandro Leite Vasconcelos

Diretor-Presidente da Rio Paraná Energia S.A.

PERFIL DA COMPANHIA

A Rio Paraná Energia S.A, subsidiária direta da CTG Brasil, é responsável pela operação das usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Jupiá, ambas situadas no rio Paraná, na divisa entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A UHE Ilha Solteira, com 20 unidades geradoras, destaca-se como a maior hidrelétrica das regiões Sudeste e Centro-Oeste e a sexta maior do Brasil. Localizada entre Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS), a usina desempenha um papel essencial na estabilização de tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN). Seu reservatório de acumulação cobre uma área de 1.195 km², com uma barragem de 5,6 km de extensão.

A UHE Jupiá, oficialmente denominada Engenheiro Souza Dias, possui 14 unidades geradoras e está localizada entre Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). A presença de uma eclusa na usina facilita a navegação entre os rios Paraná e Tietê, promovendo a integração hidroviária regional.

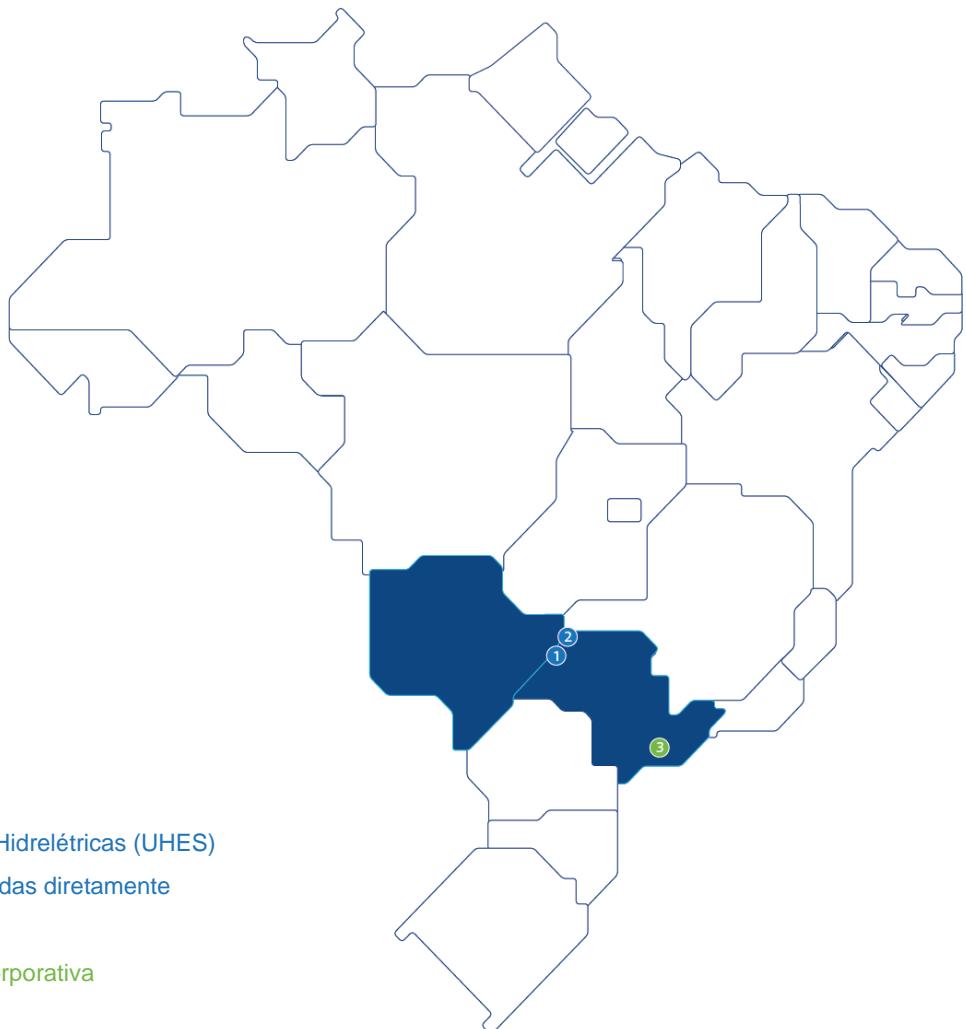
Juntas, essas usinas somam uma capacidade instalada de 4.995,2 MW.

Desde 2017, as duas usinas passam por um programa de modernização, com conclusão prevista para 2038 e investimento total de R\$ 3 bilhões. O plano abrange a renovação das 34 unidades geradoras, garantindo maior eficiência e prolongando a vida útil dos ativos. Com 12 unidades reformadas até agora, a Rio Paraná consolida sua posição como referência nacional em modernização de usinas hidrelétricas.

As operações da Rio Paraná contam com o suporte administrativo da CTG Brasil, conforme o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).



MAPA DE OPERAÇÕES



Localização no mapa	Estado	Unidade	Capacidade instalada
1	SP/MS	UHE Jupiá	1551,2 MW
2	SP/MS	UHE Ilha Solteira	3.444 MW
3	SP	São Paulo – Sede corporativa	

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

A ética e a integridade são pilares fundamentais das atividades e relações da Rio Paraná Energia S.A, sendo continuamente fortalecidas por meio do Programa Corporativo de *Compliance*.

Todos os colaboradores são periodicamente capacitados por meio de treinamentos que reforçam a adesão ao Código de Ética e Conduta, assegurando a criação de um ambiente de trabalho alinhado às melhores práticas de ética profissional e ao cumprimento das políticas internas e legislações aplicáveis.

Os treinamentos também incluem orientações específicas sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018), garantindo que 100% dos colaboradores estejam alinhados às normas sobre tratamento de dados pessoais adotadas pela Companhia.

Os processos da companhia contam com as certificações ISO 37301 e 37001, que conferem maior solidez ao sistema de gestão de riscos e destacam a robustez do Programa Corporativo de *Compliance*.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Rio Paraná Energia S.A., constituída de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, tem como acionista majoritária a China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 66,67% de seu capital social, enquanto os 33,33% restantes são de propriedade da Huikai Clean Energy.

Registrada na categoria “B” da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia adota práticas avançadas de governança corporativa, ampliando seu acesso a investidores e fortalecendo sua credibilidade no mercado financeiro e junto aos credores.

Sua estrutura de governança é composta pelos órgãos estatutários: Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

O Conselho de Administração é formado por quatro membros, incluindo dois representantes dos sócios minoritários. Eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, os conselheiros são responsáveis por nomear os integrantes da Diretoria Executiva, encarregada de conduzir a gestão estratégica da empresa.

Estrutura de governança corporativa

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Zhang Liyi	Presidente
Sílvio Alexandre Scucuglia da Silva	Membro
Xingayang Cao	Membro
Zhigang Chen	Membro

Diretoria Estatutária

Nome	Cargo
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor-Presidente
Cesar Teodoro	Diretor de Engenharia
Sílvio Alexandre Scucuglia da Silva	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Márcio José Peres	Diretor de Gestão de Ativos

CONJUNTURA ECONÔMICA E SETORIAL

Em 2024, o Brasil experimentou uma recuperação econômica moderada, com crescimento puxado pelo setor de serviços e agronegócio. A inflação foi controlada, mas ainda acima da meta, e as taxas de juros altas impactaram o consumo e os investimentos. O ano foi marcado por uma recuperação gradual, mas os desafios fiscais e a necessidade de reformas ainda estão no centro das discussões para um crescimento sustentável no futuro.

A inflação medida pelo IPCA fechou 2024 em 4,83%, apresentando um pequeno crescimento em relação ao ano anterior. Esse resultado foi impactado pela alta nos preços de alimentos e energia, além de pressões no setor de serviços.

O Banco Central manteve uma política monetária rígida em virtude do controle inflacionário. Durante o ano, houve um ciclo de redução gradual na taxa Selic, mas no último trimestre essa tendência se inverteu novamente com acréscimo na taxa de juros em resposta às pressões inflacionárias.

O setor de energia foi um dos destaques em 2024, com investimentos em infraestrutura e energia renovável ganhando força. A Rio Paraná, por exemplo, se destacou com sua emissão de debêntures e atração de recursos.

Em 2024, o real brasileiro enfrentou uma desvalorização significativa, encerrando o ano com uma queda de 21,82% frente ao dólar, a maior desde 2020.

Essa desvalorização foi impulsionada por fatores internos e externos. Internamente, o aumento do risco fiscal, com o governo enfrentando dificuldades em equilibrar as contas públicas, gerou preocupações sobre a sustentabilidade fiscal, afetando a confiança dos investidores e resultando em uma maior desvalorização da moeda brasileira.

Externamente, a política monetária do Federal Reserve (Fed) dos Estados Unidos, que manteve as taxas de juros elevadas, fortaleceu o dólar globalmente, pressionando moedas emergentes como o real.

Tensões geopolíticas globais: Conflitos no Oriente Médio e outras crises globais elevaram a aversão ao risco e aumentaram a demanda por dólares.

Indicadores macroeconômicos	Triênio		
	2022	2023	2024
PIB	2,9%	2,9%	3,5%*
IPCA	5,79%	4,62%	4,83%
IGP-M	5,45%	-3,18%	6,54%
Taxa Selic	13,75%	11,75%	12,25%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	7,20%	6,55%	7,43%
Taxa de Câmbio (USD)	5,220	4,890	6,192

* O valor do PIB de 3,5% para 2024 é uma estimativa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em fevereiro de 2025. O fechamento oficial será divulgado apenas em março de 2025.

CONTEXTO REGULATÓRIO

A Rio Paraná segue engajada nas discussões regulatórias que moldam o futuro do setor, participando ativamente de diálogos com associações setoriais e empresas do segmento.

Em 2024, as expectativas se mantiveram com relação à atualização de mecanismos de precificação das UHEs pelos serviços prestados para manter a segurança energética do País. A flexibilidade operativa das hidrelétricas e a rapidez de resposta se tornaram ainda mais importantes para a confiabilidade do Sistema Integrado Nacional (SIN) à medida que as fontes eólicas e solar aumentam sua participação na geração e se busca uma matriz elétrica 100% renovável.

A partir de 01 de outubro de 2024, a garantia física da UHE Jupiá passou de 844,9 para 849,9 MW médios conforme o Despacho Aneel 2.780, referente a homologação dos parâmetros das UGs nº 1, 3, 10 e 13. Esse ganho é resultado do programa de modernização realizado pela empresa. Apesar de não ser o foco das obras, o aumento da capacidade de geração ocorre com a geração de energia com menor uso de água – consequência das melhorias implementadas no segundo lote de modernização da usina.

Prazos de concessão

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	Unidade Federativa (UF)	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Inicio da concessão	Vencimento concessão
Nº 01/2016	Jupiá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	849,9	05/01/2016	17/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	18/04/2047
					4.995,2	2.494,9		

DESEMPENHO OPERACIONAL

A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paraná totalizou 18.361 GWh em 2024, valor consolidado e validado pela CCEE, o que representa um aumento de 1,9% em relação ao ano anterior.

Esse resultado está associado ao cenário hidrológico, que registrou o menor nível desde 2021 – em alguns momentos do ano com índices recordes – e afetou todas as bacias do Sistema Interligado Nacional (SIN). Isso resultou na adoção de medidas das autoridades reguladoras como o despacho mais intenso de termelétricas e a restrição de vazão de hidrelétricas no período de maior estiagem.

Na área de segurança de barragens, o ano foi marcado pela conclusão do Plano de Atendimento à Emergência (PAE), antes do fim do prazo regulatório. A implantação incluiu a instalação de sistemas de sirenes, sinalizações, a realização de simulados com comunidades e integração com órgãos de defesa civil. Adicionalmente, a empresa avançou na automação da instrumentação das barragens de Jupiá e Ilha Solteira, reduzindo a necessidade de leituras manuais e aumentando a confiabilidade do monitoramento estrutural. Cabe ressaltar ambas as barragens são classificadas como seguras, de baixo risco e estão em total conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei de Segurança de Barragens.

Modernização das Usinas

O processo de modernização das usinas Jupiá e Ilha Solteira, um dos maiores projetos de revitalização do setor energético brasileiro, com um investimento inicial de R\$ 3 bilhões, já modernizou 12 das 34 unidades geradoras. O terceiro lote, contemplando mais 6 unidades, teve os processos de contratação dos fornecedores em 2024 e as obras ocorrerão entre 2025 e 2028.

As ações de renovação do segundo lote contemplaram a instalação, substituição e montagem das unidades geradoras (turbinas, geradores e sistemas auxiliares), além da etapa de testes.

Além de melhorar a confiabilidade e a eficiência das usinas, construídas na década de 70, o projeto ainda proporcionou um ganho de garantia física para a usina de Jupiá, homologado pela Aneel em 2024. Apesar de não ser o foco principal das obras de modernização, o ganho de eficiência, com a produção de geração de energia com menor uso de água é uma consequência das melhorias – o que permitiu o reconhecimento do aumento da garantia física pelo órgão regulador. A modernização introduz tecnologias avançadas que melhoraram a durabilidade e a eficiência dos equipamentos.

O projeto elevará as usinas a um novo nível de desempenho a longo prazo, destacando-se por sua maior disponibilidade, confiabilidade, alto grau de automação, redução nos custos de manutenção e aprimoramento da segurança para pessoas e equipamentos, entre outros benefícios. Essas melhorias posicionam as usinas para operar com excelência e produtividade por cerca de 50 anos.

Geração de energia (GWh)

Usinas	2022	2023	2024	Variação 2023 x 2024
UHE Ilha Solteira	10051,0	12710,0	11768,0	-7,4%
UHE Jupiá	5585,0	5314,0	6593,0	24,1%
Total	15636,0	18024,0	18361,0	1,9%

Índice de disponibilidade*

	2022	2023	2024	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	95,37%	95,53%	95,31%	94,76%
UHE Jupiá	92,84%	92,93%	92,42%	94,76%
Consolidado (média)	94,58%	94,72%	94,27%	94,68%

* O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: $ID = (1-TEIP)*(1-TEIFa)$. Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.

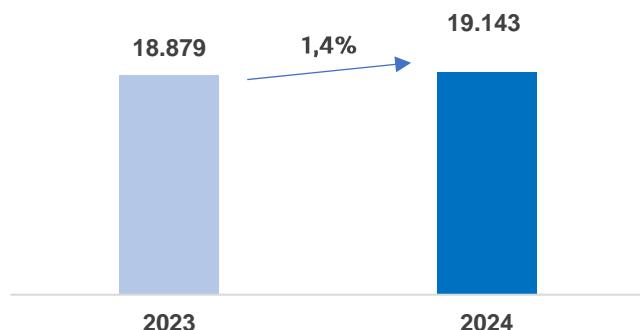
COMERCIALIZAÇÃO

O ano de 2024 foi bastante desafiador para o mercado de comercialização de energia. Vivenciamos sucessivas ondas de calor com picos expressivos de demanda por energia, aliadas a um cenário hidrológico, em geral bastante adverso até o início do período úmido, o que se traduziu em uma grande volatilidade de preços tanto no curto como no longo prazo por todo o ano.

Com uma gestão eficiente, foi possível antever movimentos de mercado e atuar nas melhores oportunidades para as realizações das compras e vendas de energia, especialmente em contratos de mais longo prazo agregando valor significativo ao portfólio da Companhia.

Recertificada em 2024 pela ISO 9001, por seu Sistema de Gestão da Qualidade, a área dedicada à comercialização de energia encerrou o ano tendo negociado 13.779 GWh (72%) no Mercado Regulado (ACR) e 5.364,2 GWh (28%) no Mercado Livre (ACL), no total 19.143,2 GWh em contratos.

Energia vendida (Gwh)



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do período base desta demonstração contábil, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Principais indicadores

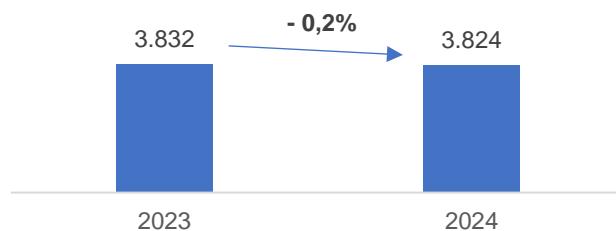
R\$ mil (exceto quando indicado)	2024	2023	Variação
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	4.401.333	4.391.264	0,2%
(-) Deduções à receita operacional	(577.389)	(558.879)	3,3%
Receita líquida / Ingresso líquido	3.823.944	3.832.385	-0,2%
(-) Custos e despesas operacionais	(1.451.885)	(1.333.277)	8,9%
Resultado da atividade	2.372.059	2.499.108	-5,1%
Ebitda	2.893.206	3.003.281	-3,7%
Margem Ebitda (%)	75,7%	78,4%	-2,7 p.p.
Resultado de participações societárias	-	39	-100,0%
Resultado financeiro	(350.990)	(3.194)	10889,0%
Resultado antes de impostos	2.021.069	2.495.953	-19,0%
Lucro líquido do exercício	1.627.702	1.948.553	-16,5%
Margem líquida (%)	42,6%	50,8%	-8,2 p.p.
Quantidade de ações	7.014.326	7.014.326	
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em R\$	0,23206	0,27780	-16,5%

Receita

A receita operacional líquida da Rio Paraná foi de R\$ 3.823,9 milhões, que representa uma redução de R\$ 8,4 milhões ou – 0,2% em relação ao ano de 2023. Sobre essa variação vale destacar as variações mais relevantes na receita bruta:

- Crescimento de R\$ 123,5 milhões da receita no ambiente de contratação regulada (ACR), basicamente em virtude da aplicação dos reajustes anuais pelo IPCA;
- Redução de R\$ 169,5 milhões na receita de contratos bilaterais no mercado livre principalmente pelo menor preço médio dos contratos na comparação entre os dois exercícios;
- Elevação de R\$ 55,1 milhões na receita bruta do mercado de curto prazo (MCP), basicamente em virtude de um maior volume liquidado nessa modalidade na comparação entre os dois períodos.

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



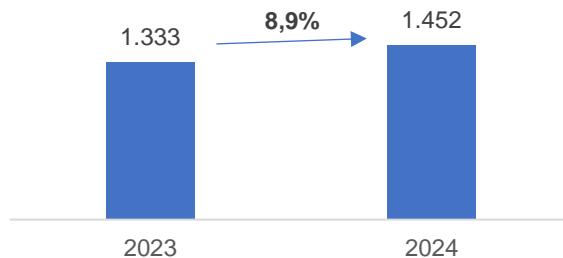
Custo e despesas operacionais

R\$ mil (exceto quando indicado)	2024	2023	Variação
Energia elétrica comprada para revenda	115.631	18.190	535,7%
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	594.945	574.881	3,5%
Pessoal e administradores	97.739	93.715	4,3%
Material	8.688	8.100	7,3%
Serviços de terceiros	114.073	114.073	0,0%
Arrendamentos e aluguéis	1.265	768	64,7%
Seguros	10.170	10.442	-2,6%
Provisões	(22.247)	2.866	100,0%
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	6.469	100,0%
Depreciação e amortização	521.147	504.173	3,4%
Outros	10.474	(400)	-2718,5%
	1.451.885	1.333.277	8,9%

Os custos e despesas operacionais apresentaram crescimento de R\$ 118,6 milhões ou 8,9%, quando comparado ao ano de 2023. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Elevação de R\$ 97,4 milhões nos custos com Energia comprada, principalmente, em função da piora do cenário de hidrologia e consequentemente necessidade para cobertura de lastro;
- Aumento de R\$ 20,1 milhões nos encargos regulatórios pelo uso da rede Elétrica, principalmente em decorrência do reajuste das Tarifas dos Encargos de Transmissão (TUST);
- Depreciação e amortização tiveram aumento de R\$ 17 milhões em razão, principalmente, da evolução do projeto de modernização;
- Variação positiva de R\$ 25,1 milhões na rubrica de reversões / constituições de provisões para riscos, principalmente em virtude da baixa do saldo de contingência regulatória que tratava da discussão de Programa de Integração Social (PIS)/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) relativos ao ano de 2016 com o encerramento das discussões com a Aneel / CCEE.

Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



Ebitda e margem Ebitda

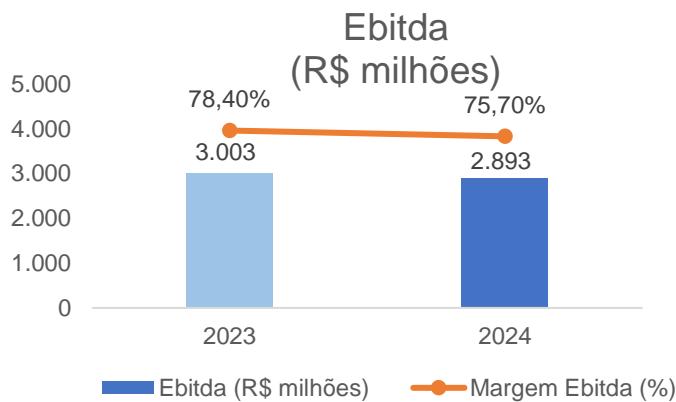
O *Ebitda* é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Diretoria da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

R\$ mil (exceto quando indicado)	2024	2023	Variação %
Lucro líquido do exercício	1.627.702	1.948.553	-16,5%
Despesa com impostos sobre o lucro	393.367	547.400	-28,1%
Resultado de participações societárias	-	(39)	-100,0%
Resultado financeiro	350.990	3.194	10889,0%
Depreciação e amortização	521.147	504.173	3,4%
Ebitda	2.893.206	3.003.281	-3,7%
Margem Ebitda (%)	75,7%	78,4%	-2,7 p.p.
Lucro líquido ajustado			
Variação cambial	(312.418)	151.668	-306,0%
Imposto diferido s/ variação cambial	106.222	(51.567)	-306,0%
	(206.196)	100.101	-306,0%
Lucro líquido ajustado	2.687.010	3.103.382	-13,4%

O Ebitda da Rio Paraná medido em 2024 totalizou R\$ 2.893,2 milhões. Esse desempenho, apesar de apresentar uma redução de R\$ 110,1 milhões ou -3,7% na comparação com o ano de 2023, em um ano desafiador e de escassez hídrica.

A margem Ebitda se manteve no ótimo superior a 75 %, resultado menor em -2,7 p.p. em relação ao ano de 2023.



Resultado financeiro

R\$ mil (exceto quando indicado)	2024	2023	Variação
Receitas			
Aplicações financeiras	102.867	73.077	40,8%
Variações monetárias	44.940	52.816	-14,9%
Variação cambial ativa	49.488	399.722	-87,6%
Compensação financeira	200	-	10000,0%
Outras receitas financeiras	25	206	-87,9%
	197.520	525.821	-62,4%
Despesas			
Juros	(181.997)	(263.276)	-30,9%
Variação cambial passiva	(361.906)	(248.054)	45,9%
Variações monetárias	(2.909)	(15.743)	-81,5%
Outras despesas financeiras	(1.698)	(1.942)	-12,6%
	(548.510)	(529.015)	3,7%
Resultado financeiro líquido	(350.990)	(3.194)	10889,0%

O resultado financeiro líquido apresentado em 2024 foi negativo em R\$ 351 milhões, representando uma piora de R\$ 347,8 milhões em relação ao ano de 2023. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Impacto líquido desfavorável de R\$ 464,1 milhões no resultado decorrente da variação cambial incidente sobre o empréstimo entre partes relacionadas mantido pela Rio Paraná junto à CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pela desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no ano de 2024. Em 2024, houve desvalorização de -20,9% (de R\$ 4.8972 para 6.1923) enquanto em 2023 a moeda brasileira tinha valorizado 6,3% (de R\$ 5.2177 para R\$ 4.8972). Não houve amortizações de parcelas desse

empréstimo em 2024, dessa forma essa variação cambial não se materializou no caixa da Companhia;

- Redução de R\$ 44 milhões nas despesas com juros relativos ao empréstimo mantido junto ao Mitsubishi em razão liquidação dessa dívida no mês julho de 2023;
- Redução de R\$ 32,9 milhões nos juros sobre debentures, basicamente diante das amortizações e liquidações realizadas entre os exercícios;
- Crescimento de R\$ 31,3 milhões nas receitas com aplicação financeira, principalmente em função do maior saldo médio de caixa e crescimento no CDI na comparação entre os exercícios.

Endividamento

R\$ mil (exceto quando indicado)	2024	2023	Variação %
Debêntures	1.758.846	2.066.866	-14,9%
Curto prazo	169.466	356.534	-52,5%
Longo prazo	1.589.380	1.710.332	-7,1%
Partes relacionadas	1.515.886	1.127.712	34,4%
Curto prazo	1.515.886	381.345	297,5%
Longo prazo	-	746.367	-100,0%
Caixa e equivalentes de caixa	(1.708.872)	(555.507)	207,6%
Dívida líquida	1.565.860	2.639.071	-40,7%

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras vinculadas.

Ao final de 2024, a dívida líquida apresentou redução de 40,7% ou R\$ 1.073,2 milhões na comparação com a posição final de 2023. Acerca dessa variação cabe destacar a maior posição de caixa, a redução do saldo das debêntures mantidas pela Companhia e a elevação do saldo do empréstimo com partes relacionadas em função do reconhecimento da variação cambial.

	Remuneração	Vencimento	2024	2023	Variação
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	20/05/2025	1.515.886	1.127.712	34,4%
Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	169.933	326.810	-48,0%
Debêntures 2ª emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	-	195.698	-100,0%
Debêntures 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	789.585	745.671	5,9%
Debêntures 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	799.328	798.687	0,1%
			3.274.732	3.194.578	2,5%

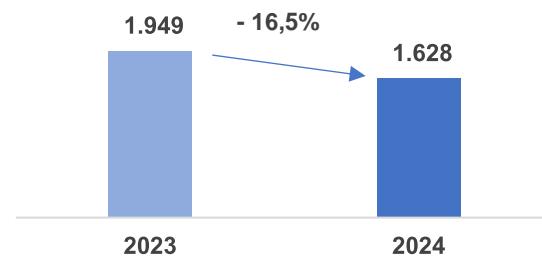
Lucro líquido

Em virtude dos fatores detalhados anteriormente, o lucro líquido em 2024 foi de R\$ 1.627,7 milhões, o que representa uma redução de R\$ 320,9 milhões ou -16,5% na comparação com o exercício de 2023.

Acerca dessa variação, vale destacar o impacto negativo de R\$ 464,1 milhões referente ao reconhecimento contábil dos efeitos da variação cambial sobre o empréstimo com partes relacionadas mantido pela Companhia com a CTG Luxemburgo.

Normalizando esse efeito supracitado, isto é, excluindo-se os efeitos da variação cambial, o lucro líquido do ano de 2024 ficou em linha com o desempenho de 2023, apresentando uma pequena redução de -0,8% na comparação com o exercício anterior.

Lucro líquido
(R\$ milhões)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Balanços patrimoniais

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.708.872	555.507
Concessionárias e permissionárias	6	417.925	394.850
Partes relacionadas	15	-	976
Tributos a recuperar	7	5.236	5.479
Serviços em curso		43.278	49.830
Outros créditos		38.978	35.803
Total do ativo circulante		2.214.289	1.042.445
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	22.2	65.253	78.838
Depósitos judiciais	8	633.176	589.715
Imobilizado	9	698.429	668.553
Intangível	10	2.048.803	1.885.602
Total do ativo não circulante		9.882.142	10.328.690
Total do ativo		14.843.663	13.925.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Balanços patrimoniais

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	11	118.581	86.500
Partes relacionadas	15	1.515.886	389.829
Encargos setoriais	12	74.950	83.209
Debêntures	13	169.466	356.534
Salários, provisões e contribuições sociais		26.853	27.253
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	14	1.387.512	641.750
Tributos a recolher	7	360.087	271.770
Provisões para riscos	16	-	19.883
Outras obrigações		2.410	2.356
Total do passivo circulante		3.655.745	1.879.084
Não circulante			
Encargos setoriais	12	26.608	23.744
Debêntures	13	1.589.380	1.710.332
Partes relacionadas	15	-	746.367
Impostos diferidos	22.2	-	104.580
Provisões para riscos	16	854	3.084
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.144	302
Outros Passivos Não Circulantes		5	1.760
Total do passivo não circulante		1.617.991	2.590.169
Total do passivo		5.273.736	4.469.253
Patrimônio líquido	17		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva Legal		716.557	622.281
Reservas de lucros		2.204.353	2.184.739
Total do patrimônio líquido		9.569.927	9.456.037
Total do passivo e patrimônio líquido		14.843.663	13.925.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do resultado

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	18.2		
Suprimento de energia elétrica		4.279.600	4.325.534
Energia elétrica de curto prazo		121.733	65.730
		4.401.333	4.391.264
Tributos			
ICMS		(1.696)	(6)
PIS-PASEP		(72.594)	(69.554)
COFINS		(334.372)	(320.371)
		(408.662)	(389.931)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)		(38.239)	(38.324)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)		(118.180)	(117.863)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE)		(12.308)	(12.761)
		(168.727)	(168.948)
Receita líquida / Ingresso líquido			
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda	18.3	(115.631)	(18.190)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	18.4	(594.945)	(574.881)
		(710.576)	(593.071)
Resultado antes dos custos gerenciáveis			
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	19		
Pessoal e administradores	20	(97.739)	(93.715)
Material		(8.688)	(8.100)
Serviços de terceiros		(114.073)	(114.073)
Arrendamentos e aluguéis		(1.265)	(768)
Seguros		(10.170)	(10.442)
Provisões		22.247	(2.866)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	6.2	-	(6.469)
Depreciação e amortização		(521.147)	(504.173)
Outros		(10.474)	400
		(741.309)	(740.206)
Resultado da atividade			
Equivalência patrimonial		2.372.059	2.499.108
Resultado financeiro			
Receitas		197.520	525.821
Despesas		(548.510)	(529.015)
		(350.990)	(3.194)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros			
Despesa com impostos sobre o lucro	22	(393.367)	(547.400)
Lucro líquido do exercício		1.627.702	1.948.553
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	23	0,23205	0,27780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do resultado abrangente

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.627.702	1.948.553
Outros resultados abrangentes do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.627.702	1.948.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
Em 31 de dezembro de 2023	6.649.017	622.281	2.184.739	-	9.456.037
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.627.702	1.627.702
Destinação do lucro líquido do exercício					
Dividendos propostos	-	-	-	(671.812)	(671.812)
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	-	-	(842.000)	(842.000)
Transferência entre reservas	-	94.276	19.614	(113.890)	-
	-	94.276	19.614	(1.627.702)	(1.513.812)
Em 31 de dezembro de 2024	6.649.017	716.557	2.204.353	-	9.569.927
	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
Em 31 de dezembro de 2022	6.649.017	509.710	1.103.757	-	8.262.484
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.948.553	1.948.553
IFRS 16 - Contratos de locação	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício					
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	-	-	(755.000)	(755.000)
Transferência entre reservas	-	112.571	1.080.982	(1.193.553)	-
	-	112.571	1.080.982	(1.948.553)	(755.000)
Em 31 de dezembro de 2023	6.649.017	622.281	2.184.739	-	9.456.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos fluxos de caixa

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.
23.096.269/0001-19

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.021.069	2.495.953
Ajustes em:			
Depreciação e amortização	19	521.147	504.173
Equivalência patrimonial		-	(39)
Apropriação de juros sobre empréstimo		-	44.008
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre debêntures	13.4	107.009	140.149
Juros e variação cambial sobre partes relacionadas	15.4.1	388.174	(71.563)
Variação monetária sobre depósitos judiciais		(43.579)	(52.593)
(Reversões)/constituições e variação monetária sobre provisões para riscos	16.2	(21.868)	15.655
Baixas no ativo imobilizado e intangível		293	81
Outras variações		1.161	(11)
Variação nos ativos:			
Concessionárias e permissionárias		(21.714)	(28.223)
Depósitos judiciais		91	(97)
Serviços em curso		(10.372)	323
Partes relacionadas		(7.508)	60.585
Outros créditos		(2.333)	(2.408)
Variação nos passivos:			
Fornecedores		32.081	(15.124)
Encargos setoriais		9.001	1.860
Partes relacionadas		-	863
Salários, provisões e contribuições sociais		(400)	2.321
Provisões para riscos		(218)	(177.977)
Capitalização de debêntures	13.4	104.540	113.598
Impostos taxas e contribuições		(148.558)	(145.982)
Outras obrigações		1.793	357
Caixa gerado pelas operações:		2.929.809	2.885.909
Pagamento de juros sobre debêntures	13.4	(158.406)	(202.475)
Pagamento de juros sobre empréstimos		-	(44.715)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas		-	(77.780)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(373.538)	(383.681)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	13.4	(46.163)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.351.702	2.177.258
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Adições no ativo imobilizado e intangível	9.3 e 10.3	(241.587)	(303.339)
Caixa líquido de controlada incorporada		-	449
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(241.587)	(302.890)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Pagamento de debêntures	13.4	(315.000)	(120.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	14.2	(641.750)	(544.000)
Pagamentos de principal sobre partes relacionadas		-	(1.141.968)
Pagamentos de principal sobre empréstimos		-	(675.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(956.750)	(2.480.968)
Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa:		1.153.365	(606.600)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		555.507	1.162.107
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.708.872	555.507
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		1.153.365	(606.600)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria B, concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, na condição de prestadora de serviço de geração de energia elétrica, em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupiá e (UHE) Ilha Solteira.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 1.441.456 (R\$ 836.639 em 31 de dezembro de 2023), em virtude basicamente dos seguintes fatos:

- Transferência para o passivo circulante da parcela referente a dívida de partes relacionadas com a CTG Lux;
- Constituição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia (MME), que detém autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pelas companhias e suas subsidiárias é realizado de acordo com as cláusulas dos contratos de concessão de longo prazo de venda de energia. Conforme os contratos de concessão de distribuição, as empresas têm autorização para cobrar dos consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia, composta por duas parcelas: uma referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (Custos da Parcela A) e outra referente a custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para períodos iniciais determinados.

Após os períodos iniciais, a Aneel possui a autoridade para revisar os custos da empresa, determinando o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), se existir, para os Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) no período subsequente. Essa revisão pode resultar em um ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo. Além dos ajustes mencionados, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em diversos fatores, incluindo a inflação.

No ramo de geração, as empresas, além de vender energia por meio de leilões para distribuidoras no mercado cativo, também comercializam energia no mercado livre (ACL) para Consumidores Livres. O mercado livre envolve a negociação de energia entre concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), autogeradores, comercializadores e importadores de energia. Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede os limites estabelecidos, que foram alterados conforme abaixo:

- i. A partir de 01 de janeiro de 2021, os consumidores com carga igual ou superior a 1.500 kW e em qualquer nível de tensão
- ii. A partir de 01 de janeiro de 2022, os consumidores com carga igual ou superior a 1.000 kW e em qualquer nível de tensão
- iii. A partir de 01 de janeiro de 2024, os consumidores com carga igual ou superior a 500 kW e em qualquer nível de tensão

Quanto à transmissão, as empresas têm autorização para cobrar tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST) de acordo com os contratos de concessão. Essas tarifas são reajustadas anualmente, na mesma data dos reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão.

O transporte de energia elétrica em larga escala no Brasil é realizado pela Rede Básica, composta por linhas de transmissão e subestações com tensão igual ou superior a 230 kV. O acesso a essa rede, conhecido como Livre Acesso, é garantido por lei e regulamentado pela Aneel. A operação e administração da Rede Básica são atribuídas ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), uma entidade privada regulada e fiscalizada pela Aneel.

O ONS é responsável pelo gerenciamento do despacho de energia elétrica, otimizando o uso dos reservatórios das hidrelétricas e do combustível das termelétricas no sistema interligado nacional.

1.3. Concessão

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) assinaram o contrato de Concessão nº 01/2016 das Usinas Hidrelétricas (UHE) Ilha Solteira e Jupiá, para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

A tabela a seguir demonstra os contratos de concessão da Companhia:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 01/2016	Jupiá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	849,9	05/01/2016	17/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.645,0	05/01/2016	18/04/2047
					4.995,2	2.494,9		

UHE – Usina Hidrelétrica / SP – São Paulo / MS – Mato Grosso do Sul / MW – Megawatt

No dia 01 de outubro de 2024, foi publicado o Despacho Aneel 2.780, referente a homologação dos parâmetros das UGs nº 1, 3, 10 e 13 (2º lote da modernização), com isso a garantia física da UHE Jupiá passou de 844,9 para 849,9 MWmédios.

1.4. Atualização da receita anual de geração – (RAG) ciclo 2024/2025

Foi publicada em 23 de julho de 2024 Resolução homologatória nº 3.353/2024 para a RAG referente ao período de julho/2024 até junho/2025, devido aos índices de disponibilidade das UHEs Ilha Solteira e Jupiá, diante da gestão e evolução do projeto de modernização das usinas, houve um acréscimo de R\$ 30,7 milhões na RAG correspondente à parcela de ajuste pela indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl) que afere o padrão de qualidade da UHE.

1.5. Evento climático extremo no Rio Grande do Sul

Fortes chuvas castigaram severamente o Rio Grande do Sul no fim de abril de 2024 causando grandes impactos para a região e estragos relevantes ainda não calculados pelo Estado.

As inundações afetaram a grande maioria dos municípios gaúchos, com milhões de pessoas impactadas pelo evento climático extremo.

Apesar do alcance do relacionamento comercial estabelecido e mediante a análise realizada pela Companhia, não foram identificadas desvalorizações de ativos e ou a necessidade de registro de provisões, visto que não há impactos financeiros e econômicos diretos e indiretos nas informações contábeis regulatórias em razão do ocorrido.

1.6. Eventos tributários

1.6.1. Reforma tributária

Em 17 de dezembro de 2024, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado para sanção presidencial. O texto traz mais detalhes sobre o disposto na Emenda Constitucional (EC) 132/2023, aprovada no ano anterior.

A partir de 2027, os tributos PIS e COFINS serão totalmente substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e o ICMS e o ISS serão gradualmente substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com término da transição previsto para 2032. A nova sistemática abolirá completamente a tributação cumulativa, e as regras de incidência serão equivalentes para ambos os tributos, com tributação no destino e cálculo "por fora".

Outro ponto importante para o segmento foi a adoção do diferimento dos novos tributos quando a energia for destinada a consumidores finais. Dessa forma, os tributos serão destacados pela Companhia apenas nas vendas destinadas ao consumo próprio, como em indústrias, shoppings, entre outros.

A Companhia entende que os impactos não serão relevantes, uma vez que os contratos de livre negociação possuem cláusulas contratuais que possibilitam eventuais reajustes nos preços. Nos demais casos, os impactos estarão sujeitos ao artigo 21 da EC 132/23 e ao artigo 373 do PLP 68/2024.

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2025.

2.2. Base de preparação e mensuração

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações contábeis supracitadas, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, e ajustes de natureza procedural face a revisão do referido manual, versão 2022, aprovada por meio do Despacho número 2.904/2021 datado de 17 de setembro de 2021, pelo Despacho 1.690 de 28 de junho de 2022 e pela Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no

Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam tratamentos ou divulgações alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, são seguidas as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentando diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Essas diferenças estão sendo explicadas na nota nº 28, para melhor entendimento do leitor.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com intangível, recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Diretoria da Companhia na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (nota explicativa nº 18.4);
- ii. Provisões para riscos (nota explicativa nº 16); e
- iii. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22.2).

3. Principais políticas contábeis regulatórias materiais

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de PDI e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 12.4).

3.2. Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.3. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.4. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não geraram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1) / IAS 1);
- Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2) / IFRS 16);
- Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2) / IAS 7).

O pronunciamento alterado que entrou em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não há expectativa que gere impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2) / IAS 21).

Os pronunciamentos novos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 há expectativa que gerem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18);
- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19).

4. Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos

mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Tais impactos incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) do *Generation Scaling Factor* (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição dessas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia e hedge energético, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos, debêntures e caixa e equivalentes de caixa.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de hedge para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira.

4.1.3. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.4. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures e partes relacionadas) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures 1ª emissão série 2	Variação IPCA + 6,15% ao ano	-	180.208	-	-	180.208
Debêntures 2ª emissão série 2	Variação IPCA + 4,63% ao ano	-	38.068	39.319	1.134.047	1.211.434
Debêntures 3ª emissão série única	Variação DI + 1,29% ao ano	-	112.617	491.484	425.379	1.029.480
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% ao ano + USD	565.711	925.946	-	-	1.491.657
		565.711	1.256.839	530.803	1.559.426	3.912.779

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo / DI – Depósito Interbancário / USD – Dólar

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros, que foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, (nota explicativa nº 13).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.5. Análise da sensibilidade

A Companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras e debêntures, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2024 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir os impactos no resultado financeiro da Companhia, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação do indexador do valor contábil	Variação do indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2024	Cenário atual	Cenário provável	Ganho / (perda)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	12,15%	14,46%	1.708.763	207.615	247.099	39.484
Passivos financeiros							
China Three Gorges (Luxemburgo) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dolar	6,19	5,70	(1.515.886)	(1.580.918)	(1.455.231)	125.687
Debêntures - 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	5,01%	4,73%	(169.933)	(19.486)	(18.982)	504
Debêntures - 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	5,01%	4,73%	(789.585)	(77.936)	(75.631)	2.305
Debêntures - 3ª emissão série única	DI + 1,29% ao ano	12,15%	14,46%	(799.328)	(108.683)	(127.391)	(18.708)
Total da exposição líquida				(3.274.732)	(1.787.023)	(1.677.235)	109.788
				(1.565.969)	(1.579.408)	(1.430.136)	149.272

IGPM – Índice Geral de Preços a Mercado

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Diretoria efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures e partes relacionadas (incluindo o saldo de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2024	2023
Debêntures	13	1.758.846	2.066.866
Partes relacionadas	15	1.515.886	1.127.712
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(1.708.872)	(555.507)
Dívida líquida		1.565.860	2.639.071
Patrimônio líquido	17	9.569.927	9.456.037
Total do capital		11.135.787	12.095.108
Índice de alavancagem financeira - (%)*		14,1	21,8

(*) Dívida líquida / total do capital

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

5.1.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas

liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem à certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 21).

5.1.2. Composição

	2024	2023
Caixas e bancos	109	104
Aplicações financeiras	1.708.763	555.403
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.708.763	555.403
	1.708.872	555.507

5.2. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

5.2.1. Política contábil

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia através de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem rating mínimo “A” ou equivalente, atribuído por uma das três principais agências de rating (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pela Companhia.

5.2.2. Composição

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	2024	2023
AAA	AAA	AAA	2	6
AAA	-	-	1	116.048
AAA	AAA	-	358.117	55.911
-	AA	-	477.238	283.904
-	AAA	AAA	114.991	99.938
-	AAA	-	758.523	-
			1.708.872	555.507

6. Concessionárias e permissionárias

6.1. Política contábil

As contas a receber de concessionárias e permissionárias correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.2. Composição

Os valores referentes às contas a receber de concessionárias e permissionárias da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia com base no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), além dos valores relativos ao suprimento de energia elétrica no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e CCEE.

	A vencer			(-) PECLD	2024	2023
	Até 90 dias	Até 90 dias	De 91 a 365 dias			
Contratos - ACR	297.343	-	-	-	297.343	286.505
Contratos bilaterais - ACL	98.290	462	6.469	(6.469)	98.752	75.738
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	21.830	-	-	-	21.830	32.607
	417.463	462	6.469	(6.469)	417.925	394.850

MRE – Mecanismo de Realocação de Energia / MCP – Mercado de Curto Prazo

6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Diretoria da Companhia não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e ao MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais, leilão e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 31 de dezembro de 2024 não houve novas constituições ou baixas de PECLD, mantendo- se o saldo constituído no exercício anterior uma vez que não houve mudança nas expectativas de perdas futuras.

6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do *rating* interno.

Baseado na política de crédito todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfolio, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfolio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através do indicador de risco *Value at Risk* (VaR).

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes MRE e MCP, onde a Diretoria não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos. Tendo em vista, que os agentes envolvidos estão expostos a diversas sanções, as quais em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. Tributos a recuperar/recolher

7.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Diretoria avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

7.2. Composição

	2024	2023
Ativo		
INSS a recuperar	391	420
ICMS a recuperar	4.192	4.448
ISS a recuperar	591	590
Outros	62	21
	5.236	5.479
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher	335.318	240.999
PIS e COFINS a recolher	24.117	29.509
Outros	652	1.262
	360.087	271.770

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica / CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido / PIS – Programa de Integração Social / COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social / INSS – Instituto Nacional do Seguro Social / ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços / ISS – Imposto Sobre Serviços.

8. Depósitos judiciais

8.1. Política contábil

A Companhia mantém discussões judiciais para as quais foram necessários depósitos judiciais para suspensão de exigibilidade.

8.2. Movimentação

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as provisões de contingências com classificação de risco de perda provável (vide nota explicativa nº 16).

	Fiscais	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2023	589.451	264	589.715
Variações monetárias	43.536	16	43.552
Adições	-	37	37
(-) Baixas	-	(116)	(116)
Reclassificações	-	(12)	(12)
Em 31 de dezembro de 2024	632.987	189	633.176

8.3. Fiscal

O Principal depósito judicial refere-se ao Mandado de Segurança no qual se discute a opção pelo lucro presumido nos anos de 2015 e 2016. Para suspender a exigibilidade do crédito, foi necessário realizar o depósito judicial que sofre atualização pela taxa Selic. O valor do depósito em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 632.957.

Os demais depósitos judiciais com causas fiscais correspondem ao total de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2024.

9. Imobilizado

9.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A Diretoria da Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens. Dessa forma, a Companhia efetua a depreciação de seus bens pela taxa divulgada no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) e para os itens que superam o prazo da concessão a depreciação é feita com base no prazo do contrato de concessão.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados, pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outros”.

9.1.1. Imobilizado em serviço (AIS)

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador limitadas ao prazo da concessão.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

9.1.2. Imobilizado em curso (AIC)

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia agrupa mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos

e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- i. Período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- ii. Utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- iii. O montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- iv. Os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

9.2. Composição

	Taxa média anual de depreciação	2024		2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ativo em serviço (AIS)					
Geração					
Terrenos		29.262	(29.262)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	0,52%	833.699	(725.905)	107.794	78.147
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	0,39%	455.789	(444.898)	10.891	12.265
Máquinas e Equipamentos	3,10%	2.158.896	(635.049)	1.523.847	1.295.586
Veículos	33,80%	10.906	(8.755)	2.151	3.004
Móveis e Utensílios	6,11%	2.715	(719)	1.996	1.906
		3.491.267	(1.844.588)	1.646.679	1.390.908
Administração					
Máquinas e equipamentos	7,28%	1.524	(286)	1.238	376
Veículos		-	-	-	236
		1.524	(286)	1.238	612
Subtotal (AIS)		3.492.791	(1.844.874)	1.647.917	1.391.520
Ativo em curso (AIC)					
Geração					
Outros		400.886	-	400.886	494.082
		400.886		400.886	494.082
Subtotal (AIC)		400.886		400.886	494.082
Total do Ativo imobilizado (AIS+AIC)		3.893.677	(1.844.874)	2.048.803	1.885.602

9.3. Movimentação do ativo imobilizado

	Valor Bruto em 2023	Adições(A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2024	Adições líquidas (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2024	Valor Líquido em 2023
Ativo em serviço (AIS)									
Geração									
Terrenos	29.262	-	-	-	29.262	-	(29.262)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	799.692	-	-	34.007	833.699	34.007	(725.905)	107.794	78.147
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	455.363	98	-	328	455.789	426	(444.898)	10.891	12.265
Máquinas e Equipamentos	1.863.839	-	(151)	295.208	2.158.896	295.359	(635.049)	1.523.847	1.295.586
Veículos	8.073	2.833	-	-	10.906	2.833	(8.755)	2.151	3.004
Móveis e Utensílios	2.485	-	(56)	286	2.715	342	(719)	1.996	1.906
	3.158.714	2.931	(207)	329.829	3.491.267	332.967	(1.844.588)	1.646.679	1.390.908
Administração									
Máquinas e Equipamentos	550	-	-	974	1.524	974	(286)	1.238	376
Veículos	376	-	(376)	-	-	376	-	-	236
	926	-	(376)	974	1.524	1.350	(286)	1.238	612
Subtotal (AIS)	3.159.640	2.931	(583)	330.803	3.492.791	334.317	(1.844.874)	1.647.917	1.391.520
Ativo em curso (AIC)									
Geração									
Outros	494.082	237.680	-	(330.876)	400.886	(93.196)	-	400.886	494.082
	494.082	237.680		(330.876)	400.886	(93.196)		400.886	494.082
Subtotal (AIC)	494.082	237.680		(330.876)	400.886	(93.196)		400.886	494.082
Total do Ativo imobilizado (AIS+AIC)	3.653.722	240.611	(583)	(73)	3.893.677	241.121	(1.844.874)	2.048.803	1.885.602

9.4. Composição das adições do exercício por tipo de gastos capitalizado

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra própria	Juros	Outros Gastos	Total
A ratear	47.691	5.411	29.165	104.540	2.345	189.152
Adiantamento a fornecedores	40.758	-	-	-	-	40.758
Outros	10.701	-	-	-	-	10.701
Total do Ativo imobilizado (AIS+AIC)	99.150	5.411	29.165	104.540	2.345	240.611

9.5. Principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	GERADOR GE 13,8KV 14400 VCA 8219A 85,7RPM-POT 0,9	15.556
2	GERADOR GE 13,8KV 14400 VCA 8219A 103500KW 85,7RPM	14.977
3	COMPORTA DE EMERGENCIA	14.801
4	GERADOR GE 13,8KV 130000KVA 5439A 103500KW	14.025
5	TURBINA HIDRÁULICA TIPO KAPLAN 110,8MW 78,3RPM	11.443
6	TURBINA HIDRÁULICA TIPO KAPLAN 110,8MW 78,3RPM	10.203
7	TURBINA HIDRÁULICA-FRANCIS 176MW 85,7RPM-LIQ NOM 4	9.961
8	TURBINA HIDRÁULICA TIPO KAPLAN 110,8MW 78,3RPM	9.907
9	GRADE DE PROTEÇÃO D TOMADA D'ÁGUA COM 14 ELEMENTOS	9.708
10	COMPORTA DE EMERGÊNCIA MANUTENÇÃO MONTANTE	8.578

9.6. Principais desativações (pelo critério de valor) ao imobilizado

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	20007290-0 JEEP COMPASS SPORT T270 FLEX AT6 05 -0 KM FAB 2021	141
2	20006673-0 COROLLA GLI 2.0 FFV MOD 2021 PLACA FGZIJ CHASSI 9B	123
3	20005957-0 AUTOMÓVEL CIVIC EXL CVT ANO 2020 PLACA DKU9F17	112
4	20000578-0 Anexo I - C5710019548 TRANSFORMADOR POTENCIA MONO	59
5	20000781-0 Anexo III Ilha Solteira - Moveis e Utensílios	56
6	20000579-0 Anexo I - C5710019550 TRANSFORMADOR POTENCIA MONO	43
7	20000609-0 Anexo I - C5730051673 DISJUNTOR ALTA TENS TRIPOLA	22
8	20000495-0 Anexo I - C2805006840 MOTOR ELETTRICO ASSINCRONO	16
9	20000519-0 Anexo I - C4320015286 BOMBA CENTRIFUGA VERTICAL	6
10	20000695-0 Anexo I - C6625037038 TRANSDUTOR INDUTIVO DE	4

9.7. Taxas médias de depreciação

Taxas anuais de depreciação (%)	
Geração	
Turbina hidráulica	2,50%
Equipamento de tomada d'água	3,70%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%
Transformadores de Força	2,86%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

9.8. Dos bens vinculados a outorga

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (Aneel). Todavia, a Resolução Normativa nº 691 da Aneel de 8 de dezembro de 2015, publicada no DOU em 15/12/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10. Intangível

10.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A Companhia considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens. Dessa forma, a amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os valores de amortização e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outros”.

10.2. Composição

	Taxa média anual de amortização	2024			2023
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ativo em serviço (AIS)					
Geração					
Bônus de Outorga	3,17%	13.803.752	(4.064.236)	9.739.516	10.176.574
Softwares	19,26%	21.702	(12.841)	8.861	11.768
Extensão Concessão GSF	3,88%	147.862	(19.619)	128.243	133.985
		13.973.316	(4.096.696)	9.876.620	10.322.327
Administração					
Softwares	9,20%	6.584	(5.081)	1.503	1.862
		6.584	(5.081)	1.503	1.862
Subtotal (AIS)		13.979.900	(4.101.777)	9.878.123	10.324.189
Ativo em Curso (AIC)					
Geração					
Softwares		-	-	-	1.458
Custo Licença Operacional		2.899	-	2.899	2.187
		2.899	-	2.899	3.645
Administração					
Softwares		1.120	-	1.120	856
		1.120	-	1.120	856
Subtotal (AIC)		4.019	-	4.019	4.501
Total do Ativo Intangível (AIS+AIC)		13.983.919	(4.101.777)	9.882.142	10.328.690

10.3. Movimentação do intangível

	Valor bruto em 2023	Adições(A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 2024	Adições líquidas (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Ativo em serviço (AIS)									
Geração									
Bônus de Outorga	13.803.752	-	-	-	13.803.752	-	(4.064.236)	9.739.516	10.176.574
Softwares	20.430	-	-	1.272	21.702	1.272	(12.841)	8.861	11.768
Extensão Concessão GSF	147.862	-	-	-	147.862	-	(19.619)	128.243	133.985
	13.972.044	-	-	1.272	13.973.316	1.272	(4.096.696)	9.876.620	10.322.327
Administração									
Softwares	6.325	-	-	259	6.584	259	(5.081)	1.503	1.862
	6.325	-	-	259	6.584	259	(5.081)	1.503	1.862
Subtotal (AIS)	13.978.369	-	-	1.531	13.979.900	1.531	(4.101.777)	9.878.123	10.324.189
Ativo em curso (AIC)									
Geração									
Softwares	1.458	-	-	(1.458)	-	(1.458)	-	-	1.458
Custo Licença Operacional	2.187	712	-	-	2.899	712	-	2.899	2.187
	3.645	712	-	(1.458)	2.899	(746)	-	2.899	3.645
Administração									
Softwares	856	264	-	-	1.120	264	-	1.120	856
	856	264	-	-	1.120	264	-	1.120	856
Subtotal (AIC)	4.501	976	-	(1.458)	4.019	(482)	-	4.019	4.501
Total do ativo intangível (AIS+AIC)	13.982.870	976	-	73	13.983.919	1.049	(4.101.777)	9.882.142	10.328.690

10.4. Principais adições (pelo critério de valor) ao intangível

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	SOFTWARE PROGRAMA INTEGRADO DA MANUTENÇÃO E	324
2	SOFTWARE PROGRAMA INTEGRADO DA MANUTENÇÃO E	324
3	SOFTWARE NEOENGINE SGP	323
4	LICENCA DE SOFT PARA TESTES EM TRANSFORMADORES DE	48
5	LICENCA DE SOFT PARA TESTE EM TRANSFORMADORES	25

10.5. Itens que compõem o intangível

10.5.1. Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa

autorização do Órgão Regulador (Aneel). Todavia, a Resolução Normativa nº 691/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10.5.2. Bônus de outorga

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) e Retorno de Bonificação de Outorga (RBO), os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração (RAG). Para fins de MCSE o valor de R\$ 13.803.752 foi reconhecido integralmente como intangível.

10.5.3. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

10.5.4. Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE entre 2012 e 2020, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

- i. empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
- ii. às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
- iii. por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

11. Fornecedores

11.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

11.2. Composição

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	26.442	844
Materiais e serviços contratados	36.486	32.175
Encargos de uso da rede elétrica	55.653	53.481
TUST	55.653	53.841
	118.581	86.500

A variação no saldo do suprimento de energia elétrica se dá em função da piora do cenário de hidrologia e consequente necessidade para cobertura de lastro.

12. Encargos setoriais

12.1. Política contábil

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

12.2. Composição

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	22.842	-	22.842	24.377	-	24.377
PDI	48.591	26.608	75.199	54.763	23.744	78.507
TFSEE	3.517	-	3.517	4.069	-	4.069
	74.950	26.608	101.558	83.209	23.744	106.953

12.3. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

12.4. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, exceto aquelas que geram energia exclusivamente a partir de pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, cogeração qualificada, usinas eólicas ou solares, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Para fins de cálculo, a Companhia utiliza como referência o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Este manual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e revisado em 2022 por meio do Despacho número 2.904/2021, datado de 17 de setembro de 2021, e pelo Despacho 1.690 de 28 de junho de 2022.

A Companhia utiliza os Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PROPDI) e o Plano Estratégico Quinquenal de Inovação (PEQui) 2024-2028 do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para controle dos projetos de PDI.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de PDI para avaliação final e parecer da Aneel.

12.4.1. Composição do PDI

	2024			2023
	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Total	
FNDCT	2.990	-	2.990	2.779
MME	1.493	-	1.493	1.388
CDE	830	-	830	766
PDI	-	69.886	69.886	73.574
	5.313	69.886	75.199	78.507

12.4.2. Movimentação do PDI

	FNDCT	MME	CDE	PDI	Total
Em 31 de dezembro de 2023	2.779	1.388	766	73.574	78.507
Constituição	15.296	7.647	4.589	10.707	38.239
Juros	-	-	-	2.528	2.528
Recolhimentos	(15.085)	(7.542)	(4.525)	-	(27.152)
Realizações	-	-	-	(16.923)	(16.923)
Em 31 de dezembro de 2024	2.990	1.493	830	69.886	75.199
Circulante	2.990	1.493	830	43.278	48.591
Não circulante	-	-	-	26.608	26.608

12.5. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

13. Debêntures

13.1. Política contábil

As debêntures, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures não são conversíveis em ações.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

13.2. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2024			
				Principal	Circulante Variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal
1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	120.000	49.933	169.933	-
2 ^a	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	-	(663)	(663)	650.000
3 ^a	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	-	196	196	800.000
				120.000	49.466	169.466	1.450.000
							139.380
							1.589.380

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2023			
				Principal	Circulante Variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal
1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	120.000	44.388	164.388	120.000
2 ^a	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	195.000	9.850	204.850	-
2 ^a	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	-	(3.720)	(3.720)	650.000
3 ^a	Única	DI + 1,29% ao ano	27/06/2027	-	(8.984)	(8.984)	800.000
				315.000	41.534	356.534	1.570.000
							140.332
							1.710.332

13.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2026	2027	2029	a partir de 2030	Total
Debêntures 2 ^a emissão série 2	-	-	258.850	531.398	790.248
Debêntures 3 ^a emissão série única	399.394	399.738	-	-	799.132
	399.394	399.738	258.850	531.398	1.589.380

13.4. Movimentação

	1 ^a emissão	2 ^a emissão	3 ^a emissão	Total	
	Série 2	Série 1	Série 2	Série única	
Em 31 de dezembro de 2023					
Amortização de custo de transação	-	155	-	613	
Capitalização de custos de transação	1.131	-	2.081	-	
Apropriação de juros	-	10.620	-	95.621	
Capitalização de juros	14.861	-	36.355	-	
Capitalização de variação monetária	8.424	-	41.688	-	
Pagamento de juros	(15.130)	(11.473)	(36.210)	(95.593)	
Pagamento de variação monetária	(46.163)	-	-	(46.163)	
Pagamento de principal	(120.000)	(195.000)	-	(315.000)	
Em 31 de dezembro de 2024	169.933	-	789.585	799.328	1.758.846

13.5. Características dos contratos de debêntures

Controladas	Emissão	Série	Remuneração	Registro CVM da Emissão	Data da emissão	Data de vencimento	Quantidade emitida	Valor nominal	Agente fiduciário	Periodicidade de pagamento dos juros	Número de parcelas	Destinação de recursos
Rio Paraná Energia S.A.	1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/06/2018	16/06/2025	240.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valor Mobiliários	Semestral	2	Pagamento de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas ao Projeto de modernização das UHE's
Rio Paraná Energia S.A.	2 ^a	2	IPCA + 4,63% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	15/06/2021	15/06/2031	650.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valor Mobiliários	Semestral	3	Projeto de modernização das usinas Jupiá e Ilha Solteira
Rio Paraná Energia S.A.	3 ^a	Única	DI + 1,29% ao ano	Resolução CVM nº 160/22	27/06/2022	27/06/2027	800.000	1	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valor Mobiliários	Semestral	2	Abrangimento do perigo do endividamento e reforço do capital de giro

13.6. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato.

13.7. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

13.7.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira, Segunda e Terceira emissão, a serem apurados com base nas Demonstrações Contábeis Regulatórias (Aneel):

- Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda regulatório que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro regulatórios que deverá ser igual ou superior a 2,0;

- iii. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2024	2023
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior 2,0	75,01	19,39
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,02	0,50
Dívidal total / (Divida total+Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,21	0,24

13.7.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira, Segunda e Terceira emissão, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor igual ou superior a R\$ 75 milhões da 1^a emissão, R\$ 100 milhões na 2^a emissão e 115 milhões da 3^a emissão;
- ii. Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings;
- iii. Cisão, fusão, incorporação (no qual a Companhia seja cindida ou incorporada), exceto previamente autorizado por debenturistas obedecendo as cláusulas estabelecidas na escritura da debênture;
- iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponíveis publicamente.

14. Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

14.1. Política contábil

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Em relação ao JSCP, à medida em que a deliberação acontece, 15% são retidos para recolhimento do IR incidentes, que é registrado em conta apropriada.

14.2. Composição e movimentação

	Saldo em 2023	Dividendos propostos e JSCP constituídos	Pagamentos	Saldo em 2024
(A) Dividendos				
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	447.877	-	447.877
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	-	223.935	-	223.935
	-	671.812	-	671.812
(B) Juros sobre capital próprio (*)				
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	427.835	477.136	(427.835)	477.136
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	213.915	238.564	(213.915)	238.564
	641.750	715.700	(641.750)	715.700
(A+B) Total de Dividendos e JSCP a pagar	641.750	1.387.512	(641.750)	1.387.512

(*) Os juros sobre capital próprio estão sendo apresentados líquidos dos impostos retidos.

15. Partes relacionadas

15.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A. (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas no mercado.

15.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 30 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 6.100 para 2024.

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chave da Administração:

	2024	2023
Benefícios de curto prazo para administradores	6.395	5.020
Benefícios pós-emprego	273	222
	6.668	5.242

O valor de remuneração do pessoal chave da administração excedeu seu valor previsto em AGO diante do pagamento de verbas não estimadas quando da elaboração do orçamento para o exercício.

15.3. Transações locais

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A. ("CTG BR"), e suas subsidiárias Rio Paranapanema Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel n.º 2.018, de 10 de julho de 2017. O referido contrato foi renovado por mais de 05 anos em 2024 conforme Despacho Aneel 3.710, de 5 de dezembro de 2024.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as empresas Rio Verde Energia S.A, Rio Canoas Energia S.A e Rio Paranapanema Energia S.A, contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Aneel nº 3.620, de 11 de novembro de 2021.

A Companhia possui saldos de compra e venda de energia entre as coligadas.

15.3.1. Composição

	2024		2023		
	Passivo		Ativo		Passivo
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	-	7.667	-	7.667
Rio Canoas Energia S.A.	-	128	12	-	12
Rio Verde Energia S.A.	-	73	10	-	10
CTG Trading Brasil Ltda.	-	167	-	-	-
Rio Paranapanema Energia S.A.	-	608	795	-	795
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	1.515.886	-	381.345	746.367	1.127.712
	1.515.886	976	389.829	746.367	1.136.196

15.3.2. Resultado

	2024			2023		
	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	Venda de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	(53.665)	(53.665)	-	(57.883)	(57.883)
Rio Canoas Energia S.A.	-	1.349	1.349	-	1.289	1.289
Rio Verde Energia S.A.	-	759	759	-	729	729
CTG Trading Brasil Ltda.	(17)	-	(17)	778	-	778
Rio Paranapanema Energia S.A.	-	(2.564)	(2.564)	-	(4.453)	(4.453)
Rio Sapucaí-Mirim Ltda.	-	-	-	-	274	274
	(17)	(54.121)	(54.138)	778	(60.044)	(59.266)

15.4. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir à China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente.

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme despacho Aneel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF). A transação foi efetuada em dólar e com juros de 6,20% ao ano em 2016 e, a partir de 2017, essa taxa de juros passou a ser de 4,29% ao ano.

Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros, porém prolongando o vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de \$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares) para \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

Em 11 de novembro de 2022 foi celebrado o segundo aditivo deste contrato, mantendo as condições de juros, porém prolongando o valor de vencimento para 20 de novembro de 2025 e alterando as parcelas de principal de principal de \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) para \$ 77.083.333 (setenta e sete milhões, oitenta e três mil, trezentos e trinta e três dólares).

O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data base desta demonstração contábil e a taxa de conversão para 31 de dezembro de 2024 em dólar foi de R\$ 6,1923, conforme Banco Central do Brasil.

O contrato de empréstimo com a CTG Lux prevê amortizações semestrais, mas ao longo de 2024 não foram realizados esses pagamentos. A parcela de vencimento Mai/2024 foi antecipada ainda em 2023 dada às condições favoráveis de câmbio. Acerca da parcela de vencimento Nov/24, houve negociação com a parte relacionada para postergação em virtude da deterioração das condições do mercado de câmbio nos últimos meses do ano.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

15.4.1. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.127.712
Apropriação de juros	75.756
Variação cambial ativa	(49.488)
Variação cambial passiva	361.906
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.515.886

15.5. Características do contrato com a CTG Lux

Controladas	Remuneração	Data da emissão	Data de vencimento	Periodicidade de pagamento de juros	Número de parcelas	Destinação de recursos
Rio Paraná Energia S.A.	4,29% a.a. + USD	22/08/2016	20/11/2025	Semestral	17	Pagamento da primeira parcela da bonificação da outorga para a exploração, pelo prazo de 30 anos, das usinas hidrelétricas de Ilha Solteira e Eng. Souza Dias (Jupiá).

16. Provisões para riscos

16.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo. A Companhia considera sua divulgação justificada.

Desde o início de 2019 está em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, que dispõe os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituída, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 8).

Em função do Contrato de Concessão, a Companhia assumiu os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo (CESP).

As ações discutem as demolições de construções irregulares na Área de Preservação Permanente (APP) e de concessão, então da CESP, indenização pelos danos ambientais, recuperação e compensação dos danos causados pelas ocupações irregulares.

Ainda, é necessária consideração a respeito do dano ambiental, que pode ser abstrata, e que na licença de operação já existe a determinação para cumprimento de obrigações ambientais, que a Companhia deve cumprir, o que caracterizaria um empenho duplicado pelo mesmo objetivo.

Adicionalmente, a determinação da possibilidade de êxito nos demais processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da Diretoria, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

16.2. Provisões para riscos

16.2.1. Composição e movimentação

	Trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
(A) Provisão para riscos				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.377	11	19.883	24.271
Provisões/(reversões)	(2.068)	11	(20.190)	(22.247)
Variações monetárias	71	1	307	379
Acordos/pagamentos	(1.039)	(8)	-	(1.047)
	(3.036)	4	(19.883)	(22.915)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.341	15	-	1.356
(B) Depósitos judiciais				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.304)	-	-	(1.304)
Variações monetárias	(27)	-	-	(27)
(Adições)	(243)	(14)	-	(257)
Baixas	1.086	-	-	1.086
	816	(14)	-	802
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(488)	(14)	-	(502)
(A+B) Provisões líquidas				
Circulante	-	-	19.883	19.883
Não circulante	3.073	11	-	3.084
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.073	11	19.883	22.967
Não circulante	853	1	-	854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	853	1	-	854

	Trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
(A) Provisão para riscos				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.902	1	183.399	185.302
Provisões	2.857	9	-	2.866
Variações monetárias	450	1	12.338	12.789
Acordos/pagamentos	(831)	-	(175.854)	(176.685)
	2.476	10	(163.516)	(161.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.378	11	19.883	24.272
(B) Depósitos judiciais				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Variações monetárias	(13)	-	-	(13)
(Adições)	(1.875)	-	-	(1.875)
Baixas	583	-	-	583
	(1.305)	-	-	(1.305)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.305)	-	-	(1.305)
(A+B) Provisões líquidas				
Não circulante	1.902	1	183.399	185.302
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.902	1	183.399	185.302
Circulante	-	-	19.883	19.883
Não circulante	3.073	11	-	3.084
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.073	11	19.883	22.967

A respeito das discussões judiciais em andamento, vale destacar:

16.2.2. Trabalhistas

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, regista provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. O que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Rio Paraná.

16.2.3. Regulatórias

Em 2023, foi aplicado o Despacho 497/2023 que determinou a recontabilização do Valor dos Impostos e Contribuições (VIC) de janeiro de 2016 a janeiro de 2022 referente aos ajustes de PIS/COFINS, resultando na dedução de R\$ 175,9 milhões na liquidação da receita de cotas referentes aos meses de junho e setembro, registradas em julho e outubro de 2023, respectivamente. Sem novas sinalizações por ajustes, a Companhia registrou a reversão do saldo remanescente em relação à provisão constituída no valor de R\$ 20,2 milhões.

16.3. Contingências possíveis

16.3.1. Composição

	2024	2023
Trabalhistas	12.050	6.984
Fiscais	642.746	594.665
Ambientais	15.892	16.391
Regulatórias	11.554	2.435
Cíveis	3.908	3.883
	686.150	624.358

Demonstramos abaixo, as principais variações nas contingências possíveis da Companhia, atualizadas para 31 de dezembro de 2024:

16.3.2. Trabalhistas

As contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas em R\$ 12.050 para dezembro de 2024 (R\$ 6.984 em 31 de dezembro de 2023). As variações decorrem do incremento de novas ações trabalhistas promovidas por ex-empregados próprios e de terceiros e atualização monetária, bem como da baixa de ações trabalhistas em razão de acordo ou decisões parcialmente/totalmente favoráveis.

16.3.3. Fiscais

- i. Trata-se de um Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela Rio Paraná em face da Receita Federal, em janeiro de 2018, no qual se discute a opção pelo Regime do Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 em que a companhia obteve receita significativas com variação cambial positiva decorrente de um empréstimo realizado em moeda estrangeira (Dólar), que por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento de Tributos. Para concessão da liminar foi necessária a realização de um depósito judicial no valor de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. Houve decisão desfavorável de primeira instância, mas as chances de êxito nesta demanda são consideradas pela Diretoria, fundamentada pelos advogados da Companhia, como possíveis e o valor total envolvido neste caso é de R\$ 632.958 (R\$ 589.421 em 31 de dezembro de 2023);
- ii. Processos Administrativos decorrentes de não homologação pela Receita Federal de pedidos de compensação de créditos IRRF e PIS. O valor atualizado é de R\$ 5.586 (R\$ 4.719 em 31 de dezembro de 2023);
- iii. Processos administrativos e judiciais que discutem o recolhimento de ISSQN para o município de Três Lagoas durante o período da modernização e o valor para 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 4.202.

16.3.4. Ambientais

16.3.4.1. Causa com chance de perda possível, com valores envolvidos passíveis de estimativa

As contingências ambientais do quadro acima são as que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de atualizações monetárias relativas às ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a:

- i. ocupações irregulares em Área de Preservação Permanente – (APP) e recuperação dos danos ambientais causados;
- ii. cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação;
- iii. manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório;
- iv. supostos prejuízos causados aos pescadores;
- v. cumprimento de Programas Ambientais.

Abaixo, seguem detalhes dos principais processos ambientais, em 31 de dezembro de 2024:

- 6 Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – (IMASUL) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – (IBAMA), totalizando R\$ 9.462 (R\$ 8.521 em 31 de dezembro de 2023), por supostos impactos ambientais decorrente de suposta mortandade de peixes relativa aos baixos níveis do reservatório da UHE Jupiá, ocupação irregular em APP, suposto descumprimento da Licença de Operação de soltura

de alevinos, e suposto uso de substância (dicloro isocianurato de sódio – MD-60) em desacordo com autorização ambiental. Em todos os casos, foram apresentadas as Defesas Administrativas e em alguns casos já apresentados Recursos Administrativos, aguardando-se julgamento pelos órgãos ambientais;

- Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS (“Ação Peixamento”), em que se discute o cumprimento da condicionante específica ambiental 2.1 da LO 1251/2014, em razão do suposto elevado decréscimo na soltura de variadas espécies de alevinos nos reservatórios das UHEs Jupiá e Ilha Solteira. Foi proferida a sentença (decisão de 1^a instância) julgando improcedente a ação e os autos aguardam eventual oposição de Embargos de Declaração e/ou interposição de Recurso de Apelação pelo MPF. O valor atualizado é de R\$ 6.149 (R\$ 5.886 em 31 de dezembro de 2023);
- 44 Ações de indenização por danos morais e materiais ajuizadas em 2023 por supostos pescadores em face da Rio Paraná e CESP/AUREN, cuja discussão se refere ao suposto dano causado pelo blecaute ocorrido na UHE Jupiá em 2009, o qual teria levado à morte de peixes na região do rio Paraná, reduzindo a renda mensal dos mesmos. 34 processos já tiveram Decisão Judicial extinguindo as ações sem resolução de mérito por ausência de interesse processual, e que transitaram em julgado, com decisões favoráveis à Rio Paraná. O valor atualizado é de R\$ 281 (R\$ 1.984 em 31 de dezembro de 2023).

16.3.4.2. Causa com chance de perda possível, com valores envolvidos não passíveis de estimativa

523 Ações Civis Públicas – movidas pelo Ministério Públíco Federal de Jales/SP em face da CESP e dos ocupantes irregulares, requerendo para a condenação:

- i. recuperação da APP;
- ii. a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes);
- iii. pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos. A Rio Paraná passou a integrar o polo passivo das ações como réu e os processos estão atualmente em andamento em primeira instância, em fase de instrução processual.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa até o momento pois depende de perícia para apuração de custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, além da desmobilização das edificações irregulares existentes em APP;

16.3.5. Regulatórias

As contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 11.554, decorrente de ações judiciais ajuizadas por municípios em face da Aneel, Rio Paraná, CESP/AUREN e AES Tietê, cuja discussão se refere ao pagamento de CFURH, uma compensação financeira pela atualização/resultado da exploração de recursos hídricos para geração de energia. A Rio Paraná apresentou suas Contestações nos casos acima. Processos em 1^a instância.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social subscrito e integralizado

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

Posição acionária em 2024 e 2023		
	Ação ordinária	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel.

17.2. Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do Exercício.

17.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

17.4. Destinação dos lucros acumulados no exercício

	2024	2023
Lucro líquido do exercício regulatório	1.627.702	1.948.553
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória	257.829	302.869
Lucro líquido do exercício societário	1.885.531	2.251.422
Constituição de reserva legal	94.276	112.571
Base de cálculo dos dividendos	1.791.255	2.138.851
Distribuições		
Dividendos	671.812	-
JSCP	842.000	755.000
	1.513.812	755.000
Distribuições mínimas obrigatórias (25%)	447.814	534.713
Distribuições adicionais	1.065.998	220.287

Os dividendos e reserva legal são calculados tomando-se como base o resultado societário.

Deliberações das distribuições:

Deliberações	Provento	Montante R\$ mil	Valor por ação R\$
AGE de 03/12/2024	Juros sobre capital próprio	842.000	0,12004
AGE de 08/12/2024	Juros sobre capital próprio	755.000	0,10764

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente

18. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

18.1. Política contábil

18.1.1. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Diretoria da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

18.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo de acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

18.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

A RAG é composta pelas seguintes partes:

- i. GAG (Gestão de Ativos de Geração): parcela associada ao custo da gestão dos ativos de geração, incluído os investimentos em melhorias a serem executadas ao longo da concessão;
- ii. Reembolsos da TUST, TUSD, encargos de conexão, compensação financeira, taxa de fiscalização e PDI: são custos proporcionais a RAG, que estão sendo apresentados de forma líquida.

18.2. Energia elétrica vendida

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Suprimento faturado						
ACR - Ambiente de contratação regulada (Cotas)	87	85	14.890.986	14.738.197	3.478.321	3.354.741
ACL - Ambiente de contratação Livre	80	53	5.056.883	5.245.045	801.278	970.793
MCP - Mercado de curto prazo	-	-	1.096.348	694.373	116.573	61.502
MRE - Mecanismo de realocação de energia	-	-	357.666	255.879	5.161	4.228
	167	138	21.401.883	20.933.494	4.401.333	4.391.264

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

18.3. Energia elétrica comprada

	MWh (*)		R\$	
	2024	2023	2024	2023
Contratos bilaterais (ACL)	623.582	46.766	111.484	9.936
Mercado de curto prazo (MCP)	51.997	18.976	3.151	5.558
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	462.766	334.600	10.254	5.033
(-) Crédito de PIS	-	-	(1.651)	(417)
(-) Crédito de COFINS	-	-	(7.607)	(1.920)
	1.138.345	400.342	115.631	18.190

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

18.4. Encargos de uso da rede elétrica

Os encargos devidos pela Companhia estabelecido pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- i. valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e
- ii. valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

	2024	2023
TUST	637.796	616.255
TUSD	17.409	16.955
Encargos de conexão	167	155
(-) Crédito de PIS	(10.779)	(10.432)
(-) Crédito de COFINS	(49.648)	(48.052)
	594.945	574.881

19. Custos gerenciáveis – Parcada “B”

Em atendimento às instruções e orientações da Aneel, apresentamos os custos gerenciáveis – Parcada “B” segregados por atividade em 31 de dezembro de 2024.

	2024			2023
	De operação	Gerais e administrativas	Atividade não vinculada ao SPEE	Total
Gerenciáveis				
Pessoal e administradores	88.533	9.206	-	97.739
Material	8.688	-	-	8.688
Material de manut. edif. obras civis benfeitorias	177	-	-	177
Material de manut. máquinas e equipamentos	2.111	-	-	2.111
Materiais e ferramentas de trabalho	60	-	-	60
Material para meio ambiente	2	-	-	2
Material de segurança e EPI	1.338	-	-	1.338
Material de uso e consumo	2.524	-	-	2.524
Material - Outros	2.476	-	-	2.476
Serviços de terceiros	45.573	68.500	-	114.073
Serviços de terceiros - Consultorias	3.927	3.413	-	7.340
Serviços de terceiros - Vigilância e segurança	4.586	-	-	4.586
Serviços de terceiros - Limpeza e conservação	7.131	-	-	7.131
Serviços de terceiros - Meio ambiente	3.854	-	-	3.854
Serviços de terceiros - Energia elétrica	-	-	-	-
Serviços compartilhamento de infraestrutura	-	64.028	-	64.028
Serviço de atualização e manut. de softwares	2.769	379	-	3.148
Serviços de comunicação	2.688	16	-	2.704
Serviços Manutenção	16.010	33	-	16.043
Serviços de terceiros - Outros	4.608	631	-	5.239
Arrendamentos e aluguéis	1.027	238	-	1.265
Seguros	9.994	176	-	10.170
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	6.469
Depreciação e amortização	519.076	2.071	-	521.147
Depreciação	72.095	1.453	-	73.548
Amortização	446.981	618	-	447.599
Outros	2.017	(5.487)	(8.303)	(11.773)
	674.908	74.704	(8.303)	741.309
				740.206

20. Custos e despesas de benefícios a empregados

	2024	2023
Remuneração	50.605	49.587
Outros benefícios	18.029	14.422
Encargos	17.656	17.384
Previdência privada	1.710	1.596
Participação nos lucros e resultados	9.739	10.726
	97.739	93.715

21. Resultado financeiro

21.1. Política contábil

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias, variações cambiais, juros entre outras.

	2024	2023
Receitas		
Aplicações financeiras	102.867	73.077
Variações monetárias	44.940	52.816
Depósitos judiciais	43.579	52.593
Inadimplência CCEE	1.361	223
Variação cambial ativa	49.488	399.722
Compensação financeira	200	-
Outras receitas financeiras	25	206
	197.520	525.821
Despesas		
Juros	(181.997)	(263.276)
Debêntures	(106.241)	(139.163)
Empréstimos	-	(44.008)
Partes relacionadas	(75.756)	(80.105)
Variação cambial passiva	(361.906)	(248.054)
Variações monetárias	(2.909)	(15.743)
Provisões para riscos	(379)	(12.789)
Outras	(2.530)	(2.954)
Outras despesas financeiras	(1.698)	(1.942)
	(548.510)	(529.015)
	(350.990)	(3.194)

22. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

22.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

22.1.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024	2023				
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL						
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	(505.267)	(181.896)	(687.163)	(623.988)	(224.636)	(848.624)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre o capital próprio	210.500	75.780	286.280	188.751	67.950	256.701
Equivaléncia patrimonial de controlada	-	-	-	10	4	14
Doações incentivadas	13.932	-	13.932	10.890	-	10.890
Incentivos fiscais	81	-	81	70	-	70
Diferenças temporárias sem constituição de diferido	3.398	1.223	4.621	30.515	10.985	41.500
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(8.170)	(2.948)	(11.118)	(5.841)	(2.110)	(7.951)
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(285.526)	(107.841)	(393.367)	(399.593)	(147.807)	(547.400)
IRPJ e CSLL correntes	352.435	131.930	484.365	286.166	106.974	393.140
IRPJ e CSLL diferidos	(66.909)	(24.089)	(90.998)	113.427	40.833	154.260
Total do IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	285.526	107.841	393.367	399.593	147.807	547.400
Total do IRPJ e CSLL com efeito no resultado	285.526	107.841	393.367	399.593	147.807	547.400
Alíquota efetiva	14,1%	5,3%	19,5%	16,0%	5,9%	21,9%

22.2. Tributos diferidos

22.2.1. Política contábil

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis regulatórias.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações contábeis regulatórias e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais

aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 / IAS 1 — Apresentação das demonstrações financeiras.

Ativo de imposto diferido	2024			2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias						
Variação cambial	128.205	46.154	174.359	50.100	18.036	68.136
Provisão para riscos	1.956	704	2.660	4.286	1.543	5.829
Participação nos lucros e resultados	3.259	1.173	4.432	3.132	1.128	4.260
Outras provisões	907	326	1.233	450	163	613
Total	134.327	48.357	182.684	57.968	20.870	78.838
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Repacificação de risco hidrológico	(32.061)	(11.542)	(43.603)	(33.496)	(12.059)	(45.555)
Juros sobre depósitos vinculados	(54.285)	(19.543)	(73.828)	(43.401)	(15.624)	(59.025)
Total	(86.346)	(31.085)	(117.431)	(76.897)	(27.683)	(104.580)
Imposto diferido líquido	47.981	17.272	65.253	(18.929)	(6.813)	(25.742)

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	31/12/2024 Total	2025	2026	2027	2028	2029	a partir de 2030	Total
Imposto diferido ativo	182.684	12.252	6.587	6.587	6.587	6.587	144.084	182.684
Imposto diferido passivo	(117.431)	(1.952)	(1.952)	(1.952)	(1.952)	(1.952)	(107.671)	(117.431)
Imposto diferido líquido	65.253	10.300	4.635	4.635	4.635	4.635	36.413	65.253

23. Lucro regulatório por ação

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

		2024	2023
Numerador			
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia			
Lucro líquido do exercício		1.627.702	1.948.553
Denominador (Média ponderada em lote de mil ações)			
Ações ordinárias		7.014.326	7.014.326
Resultado básico e diluído por ações, em reais		0,23205	0,27780

24. Instrumentos financeiros

24.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

24.2. Classificação

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo através do resultado;

ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Diretoria determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

24.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

24.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

24.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, a Companhia através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

24.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

24.6.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Nota	2024		2023	
				Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros							
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	5	109	109	104	104
Aplicações financeiras	Valor justos por meio do resultado	Nível 2	5	1.708.763	1.708.763	555.403	555.403
Concessionária e permissionárias	Custo amortizado	-	6	417.925	417.925	394.850	394.850
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	8	633.176	633.176	589.715	589.715
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	15	-	-	976	976
				2.759.973	2.759.973	1.541.048	1.541.048
Passivos financeiros							
Fornecedores	Custo amortizado	-	11	118.581	118.581	86.500	86.500
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	12	101.558	101.558	106.953	106.953
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	15	1.515.886	1.515.886	1.136.196	1.136.196
Debêntures	Custo amortizado	-	13	1.758.846	1.661.930	2.066.866	2.092.109
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	-	14	1.387.512	1.387.512	641.750	641.750
				4.882.383	4.785.467	4.038.265	4.063.508

A Companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2024 e 2023.

25. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Cobertura operacional		
Risco operacional	04/08/2024 a 04/08/2025	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2024 a 04/08/2025	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2023 a 04/08/2025	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2024 a 08/12/2025	150.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes.

26. Compromissos assumidos e não reconhecidos

26.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos de longo prazo no ACL e ACR conforme abaixo:

Contratos	Compromissos até
ACR - Regime de cotas	2047
ACL - Contratos bilaterais	2028

27. Demonstração de resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da Aneel, apresentamos a demonstração do resultado do exercício segregado por atividade em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024			2023		
	Geração	Atividade não vinculada ao SPEE	Total	Geração	Atividade não vinculada ao SPEE	Total
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso						
Suprimento de Energia Elétrica	4.279.600	-	4.279.600	4.325.534	-	4.325.534
Energia Elétrica de Curto Prazo	121.733	-	121.733	65.730	-	65.730
	4.401.333	-	4.401.333	4.391.264	-	4.391.264
Tributos						
ICMS	(1.696)	-	(1.696)	(6)	-	(6)
PIS-PASEP	(72.594)	-	(72.594)	(69.554)	-	(69.554)
COFINS	(334.372)	-	(334.372)	(320.371)	-	(320.371)
	(408.662)	-	(408.662)	(389.931)	-	(389.931)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(38.239)	-	(38.239)	(38.324)	-	(38.324)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(118.180)	-	(118.180)	(117.863)	-	(117.863)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(12.308)	-	(12.308)	(12.761)	-	(12.761)
	(168.727)	-	(168.727)	(168.948)	-	(168.948)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	3.823.944	-	3.823.944	3.832.385	-	3.832.385
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(115.631)	-	(115.631)	(18.190)	-	(18.190)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(594.945)	-	(594.945)	(574.881)	-	(574.881)
	(710.576)	-	(710.576)	(593.071)	-	(593.071)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	3.113.368	-	3.113.368	3.239.314	-	3.239.314
Custos gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(97.739)	-	(97.739)	(93.715)	-	(93.715)
Material	(8.688)	-	(8.688)	(8.100)	-	(8.100)
Serviços de Terceiros	(114.073)	-	(114.073)	(114.073)	-	(114.073)
Arrendamentos e Alugueis	(1.265)	-	(1.265)	(768)	-	(768)
Seguros	(10.170)	-	(10.170)	(10.442)	-	(10.442)
Provisão	22.247	-	22.247	(2.866)	-	(2.866)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	(6.469)	-	(6.469)
Depreciação e Amortização	(521.147)	-	(521.147)	(504.173)	-	(504.173)
Outros	(18.777)	8.303	(10.474)	(14.815)	15.215	400
	(749.612)	8.303	(741.309)	(755.421)	15.215	(740.206)
Resultado da atividade	2.363.756	8.303	2.372.059	2.483.893	15.215	2.499.108
Equivalência patrimonial						
Resultado financeiro	-	-	-	-	39	39
Receitas	197.520	-	197.520	525.821	-	525.821
Despesas	(548.510)	-	(548.510)	(529.015)	-	(529.015)
	(350.990)	-	(350.990)	(3.194)	-	(3.194)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	2.012.766	8.303	2.021.069	2.480.699	15.254	2.495.953
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(393.367)	-	(393.367)	(547.400)	-	(547.400)
Lucro líquido do exercício	1.619.399	8.303	1.627.702	1.933.299	15.254	1.948.553

SPEE – Serviço Público de Energia Elétrica.

28. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia apresentou as seguintes naturezas de ajustes entre as bases regulatória e societária:

28.1. Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Ativo	Nota	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		1.708.872	-	1.708.872	555.507	-	555.507
Concessionárias e permissionárias		417.925	-	417.925	394.850	-	394.850
Parte Relacionada		-	-	-	976	-	976
Tributos a recuperar		5.236	-	5.236	5.479	-	5.479
Serviços em curso		43.278	-	43.278	49.830	-	49.830
Ativo financeiro vinculado à concessão	28.1.1	-	1.292.618	1.292.618	-	1.232.556	1.232.556
Outros créditos		38.978	-	38.978	35.803	-	35.803
Total do ativo circulante		2.214.289	1.292.618	3.506.907	1.042.445	1.232.556	2.275.001
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Impostos diferidos	28.1.2	65.253	(65.253)	-	78.838	(78.838)	-
Ativo financeiro vinculado à concessão	28.1.1	-	11.359.155	11.359.155	-	11.013.212	11.013.212
Depósitos Judiciais		633.176	-	633.176	589.715	-	589.715
		698.429	11.293.902	11.992.331	688.553	10.934.374	11.602.927
Imobilizado	28.1.1	2.048.803	(2.010.525)	38.278	1.885.602	(1.833.945)	51.657
Intangível	28.1.1	9.882.142	(4.042.064)	5.840.078	10.328.690	(4.240.514)	6.088.176
Total do ativo não circulante		12.629.374	5.241.313	17.870.687	12.882.845	4.859.915	17.742.760
Total do ativo		14.843.663	6.533.931	21.377.594	13.925.290	6.092.471	20.017.761
Passivo e patrimônio líquido							
Passivo e patrimônio líquido	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Fornecedores		118.581	-	118.581	86.500	-	86.500
Provisão de grandes reparos	28.1.3	-	329.646	329.646	-	338.931	338.931
Partes relacionadas		1.515.886	-	1.515.886	389.829	-	389.829
Encargos Setoriais		74.950	-	74.950	83.209	-	83.209
Debêntures		169.466	-	169.466	356.534	-	356.534
Salários, provisões e contribuições sociais		26.853	-	26.853	27.253	-	27.253
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)		1.387.512	-	1.387.512	641.750	-	641.750
Tributos a recolher		360.087	-	360.087	271.770	-	271.770
Provisões para riscos		-	-	-	19.883	-	19.883
Outras obrigações		2.410	-	2.410	2.356	-	2.356
Total do passivo circulante		3.655.745	329.646	3.985.391	1.879.084	338.931	2.218.015
Não circulante							
Provisão de grandes reparos	28.1.3	-	1.598.770	1.598.770	-	1.545.160	1.545.160
Encargos setoriais		26.608	-	26.608	23.744	-	23.744
Debêntures		1.589.380	-	1.589.380	1.710.332	-	1.710.332
Partes relacionadas		-	-	-	746.367	-	746.367
Impostos diferidos	28.1.2	-	1.560.864	1.560.864	104.580	1.421.558	1.526.138
Provisões para riscos		854	-	854	3.084	-	3.084
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.144	-	1.144	302	-	302
Outros Passivos Não Circulantes		5	-	5	1.760	-	1.760
Total do passivo não circulante		1.617.991	3.159.634	4.777.625	2.590.169	2.966.718	5.556.887
Total do passivo		5.273.736	3.489.280	8.763.016	4.469.253	3.305.649	7.774.902
Patrimônio líquido							
Patrimônio líquido	28.1.4						
Capital social		6.649.017	-	6.649.017	6.649.017	-	6.649.017
Reserva Legal		716.557	-	716.557	622.281	-	622.281
Lucros retidos		2.204.353	3.044.651	5.249.004	2.184.739	2.786.822	4.971.561
Total do patrimônio líquido		9.569.927	3.044.651	12.614.578	9.456.037	2.786.822	12.242.859
Total do passivo e patrimônio líquido		14.843.663	6.533.931	21.377.594	13.925.290	6.092.471	20.017.761

28.1.1. Ativo financeiro vinculado à concessão, imobilizado e intangível

Os ajustes são decorrentes de diferenças de práticas no reconhecimento de imobilizado e intangível aplicáveis no MCSE e no societário. Dentre estes, destacam-se:

Modernização

Estes ajustes são referentes a modernização das UHEs, a qual no societário é reconhecida como intangível, que é amortizada no prazo da concessão, enquanto no MCSE é reconhecida conforme a aquisição dos ativos objetos da modernização.

	2024	2023
Imobilizado - Regulatório	2.048.803	1.885.602
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Imobilizado Modernização - em serviço	(1.592.883)	(1.334.177)
Projetos de Modernização e adiantamentos - em curso	(369.887)	(451.167)
Depreciação pela concessão	33.019	19.255
Transferência de imobilizado para intangível	(80.774)	(67.856)
	(2.010.525)	(1.833.945)
Imobilizado - Societário	38.278	51.657
Intangível - Regulatório	9.882.142	10.328.690
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Bonificação para Outorga	(6.355.254)	(6.640.445)
Projetos em andamento - Grandes Reparos	2.232.416	2.332.075
Transferência de imobilizado para intangível	80.774	67.856
	(4.042.064)	(4.240.514)
Intangível - Societário	5.840.078	6.088.176

Outorga

Estes ajustes são decorrentes da contabilização da outorga de forma bifurcada na base societária, conforme ICPC 01/IFRIC 12.

Do montante pago na assinatura do contrato pelo direito de concessão, que foi de R\$13.803.752 (treze bilhões oitocentos e três milhões setecentos e cinquenta e dois mil reais), 65% do Retorno da Bonificação pela Outorga é garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, portanto a Companhia classificou como ativo financeiro para fins societários. Para os 35% restantes (R\$ 4.796.492), a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12).

Para fins de demonstrações contábeis regulatórias, 100% do valor pago pela outorga foi classificado como intangível, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

	Ativo Financeiro	Intangível	Outorga
Saldo societário em 31 de dezembro de 2023	12.245.768	3.536.130	15.781.898
Amortização	-	(151.868)	(151.868)
Juros e atualização monetárias	1.713.864	-	1.713.864
Liquidação juros e atualização monetária	(994.194)	-	(994.194)
Liquidação principal	(313.665)	-	(313.665)
Saldo societário em 31 de dezembro de 2024	12.651.773	3.384.262	16.036.035
Saldo regulatório em 31 de dezembro de 2023	-	10.176.575	10.176.575
Amortização	-	(437.059)	(437.059)
Saldo regulatório em 31 de dezembro de 2024	-	9.739.516	9.739.516
Societário x regulatório			
2023	12.245.768	(6.640.445)	5.605.323
2024	12.651.773	(6.355.254)	6.296.519

28.1.2. Impostos diferidos

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo do IRPJ e CSLL, basicamente em função dos registros societários realizados relativos à outorga e provisão de grandes reparos, que são nulos na base regulatória.

28.1.3. Provisões para grandes reparos

O ajuste refere-se ao valor registrado na base societária, no montante de R\$ 1.928.416 (R\$ 329.646 no passivo circulante e R\$ 1.598.770 no não circulante), relativo à grandes manutenções obrigatórias para que a concessão opere nos níveis estabelecidos no contrato de concessão e que não implicam em receita adicional, sendo referentes à obrigação existente na data de assinatura do Contrato de Concessão.

Com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e nas estimativas de engenheiros e administração, foi provisionado na base societária o valor total que se espera despeser nos reparos necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. Essa provisão é trazida a valor presente pela taxa de desconto que melhor reflete o custo de captação da Companhia e foi reconhecida contra o ativo intangível no início do contrato de serviço, sendo o passivo realizado conforme efetivação dos gastos e o ativo amortizado pelo período de concessão.

Para fins regulatórios, os ativos decorrentes do projeto de modernização são reconhecidos conforme custo incorrido no imobilizado em curso, e inicialmente não são passíveis de amortização, pois ainda não estão em operação. Após a entrada em operação das unidades geradoras modernizadas, o valor é reconhecido como imobilizado em serviço e tem sua depreciação iniciada, conforme determinado no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE).

28.1.4. Patrimônio líquido

Os ajustes apresentados no patrimônio líquido, referem-se aos efeitos dos ajustes acumulados do resultado (vide nota 28.3) entre as bases regulatória e societária, que em 2024 representam um aumento de R\$ 257.829 e em 2023 um aumento de R\$ 302.869.

28.1.4.1. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2024	2023
Patrimônio líquido societário	12.614.578	12.242.859
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Reembolso da outorga	5.830.241	4.522.383
Atualização do ativo financeiro	(9.474.755)	(7.760.891)
Diferenças de depreciação	(2.145.433)	(1.893.652)
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	1.119.179	844.944
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	1.626.117	1.500.394
	(3.044.651)	(2.786.822)
Patrimônio líquido regulatório	9.569.927	9.456.037

28.2. Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

	Nota	Regulatório	2024 Ajustes	Societário	Regulatório	2023 Ajustes	Societário
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Suprimento de Energia Elétrica	28.2.1	4.279.600	(1.307.858)	2.971.742	4.325.534	(1.261.159)	3.064.375
Energia Elétrica de Curto Prazo		121.733	-	121.733	65.730	-	65.730
Receita de ativos financeiros	28.2.2	-	1.713.864	1.713.864	-	1.596.837	1.596.837
		4.401.333	406.006	4.807.339	4.391.264	335.678	4.726.942
Tributos							
ICMS		(1.696)	-	(1.696)	(6)	-	(6)
PIS-PASEP		(72.594)	-	(72.594)	(69.554)	-	(69.554)
COFINS		(334.372)	-	(334.372)	(320.371)	-	(320.371)
		(408.662)	-	(408.662)	(389.931)	-	(389.931)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(38.239)	-	(38.239)	(38.324)	-	(38.324)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(118.180)	-	(118.180)	(117.863)	-	(117.863)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(12.308)	-	(12.308)	(12.761)	-	(12.761)
		(168.727)	-	(168.727)	(168.948)	-	(168.948)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		3.823.944	406.006	4.229.950	3.832.385	335.678	4.168.063
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(115.631)	-	(115.631)	(18.190)	-	(18.190)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(594.945)	-	(594.945)	(574.881)	-	(574.881)
		(710.576)	-	(710.576)	(593.071)	-	(593.071)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		3.113.368	406.006	3.519.374	3.239.314	335.678	3.574.992
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores		(97.739)	-	(97.739)	(93.715)	-	(93.715)
Material		(8.688)	-	(8.688)	(8.100)	-	(8.100)
Serviços de Terceiros		(114.073)	-	(114.073)	(114.073)	-	(114.073)
Arrendamento e Alugueis		(1.265)	-	(1.265)	(768)	-	(768)
Seguros		(10.170)	-	(10.170)	(10.442)	-	(10.442)
Provisões		22.247	-	22.247	(2.866)	-	(2.866)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)		-	-	-	(6.469)	-	(6.469)
Depreciação e Amortização	28.2.3	(521.147)	251.781	(269.366)	(504.173)	235.363	(268.810)
Outras Despesas Operacionais		(10.474)	-	(10.474)	400	-	400
		(741.309)	251.781	(489.528)	(740.206)	235.363	(504.843)
Resultado da atividade		2.372.059	657.787	3.029.846	2.499.108	571.041	3.070.149
Equivalência patrimonial							
Resultado financeiro		-	-	-	39	-	39
28.2.4							
Receitas		197.520	-	197.520	525.821	-	525.821
Despesas		(548.510)	(274.235)	(822.745)	(529.015)	(117.056)	(646.071)
		(350.990)	(274.235)	(625.225)	(3.194)	(117.056)	(120.250)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.021.069	383.552	2.404.621	2.495.953	453.985	2.949.938
Despesa com Impostos sobre o Lucro	28.2.5	(393.367)	(125.723)	(519.090)	(547.400)	(151.116)	(698.516)
Lucro líquido do exercício		1.627.702	257.829	1.885.531	1.948.553	302.869	2.251.422

28.2.1. Suprimento de energia elétrica

O ajuste refere-se à parcela de reembolso da outorga, que para fins regulatórios é reconhecida diretamente no resultado, enquanto na base societária o reconhecimento ocorre como baixa do ativo financeiro da Receita pela Bonificação de Outorga, conforme modelo bifurcado de contabilização societária (vide nota 28.1.1).

28.2.2. Receita de ativos financeiros

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro pelo IPCA e apropriação do Ajuste a Valor Presente (AVP), registrados apenas na base societária.

28.2.3. Depreciação e amortização

O efeito é decorrente da diferença da depreciação e amortização entre a base regulatória e a base societária. As taxas de depreciação e amortização utilizadas para ambas as bases são as determinadas pela Aneel presentes no MCPSE, porém existem diferenças entre as composições das bases societária e regulatória como a bifurcação da outorga e o reconhecimento de imobilizado e intangível em razão da provisão de grandes reparos (vide nota 28.1.1).

28.2.4. Resultado financeiro

Os ajustes em despesas financeiras são decorrentes do AVP e da atualização monetária da provisão para grandes reparos, registrados apenas na base societária.

28.2.5. Despesas com impostos sobre os lucros

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, conforme os itens anteriormente mencionados.

28.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2024	2023
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária	1.885.531	2.251.422
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Na receita		
Reembolso da outorga	1.307.858	1.261.159
Atualização do ativo financeiro	(1.713.864)	(1.596.837)
	(406.006)	(335.678)
Nos custos gerenciáveis		
Diferenças de depreciação	(251.781)	(235.363)
	(251.781)	(235.363)
No resultado financeiro		
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	274.235	117.056
	274.235	117.056
No imposto sobre os lucros		
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	125.723	151.116
	125.723	151.116
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade regulatória	1.627.702	1.948.553

29. Evento subsequente

29.1. Amortização de principal e pagamento de juros do empréstimo com partes relacionadas

Em 26 de fevereiro de 2025 a Companhia efetuou a amortização do empréstimo com partes relacionadas mantida junto a CTG Lux. Foi feita a amortização parcial do principal da parcela com vencimento original em novembro de 2024 no montante de R\$ 221 milhões e pagamento dos juros acumulados no valor de R\$ 88 milhões.

MEMBROS DA GOVERNANÇA

Conselho de Administração

Zhang Liyi
Presidente

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Conselheiro

Xingyang Cao
Conselheiro

Zhigang Chen
Conselheiro

Diretoria

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Presidente

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cesar Teodoro
Diretor

Márcio José Peres
Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria

Antônio dos Santos Entraut Junior
Contador - CRC PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores e Acionistas da
Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Rio Paraná Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, as quais foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

A auditoria das demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 28 de fevereiro de 2024.

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, sobre o qual emitimos relatório do auditor independente separado, sem modificações, com data de 27 de fevereiro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

2025SP038100


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/0-5